

II RELATÓRIO

Cidades do Esporte





II RELATÓRIO

Cidades do Esporte

Dezembro 2015

1ª edição

Expediente

ATLETAS PELO BRASIL

DIRETORIA: Ana Moser (Presidente), Ida, Nelson Aerts (Neco), Patrícia Medrado, Raí Oliveira e William Machado

CONSELHO FISCAL: Gustavo Borges, Magic Paula e Roberto Lazzarini

ATLETAS ASSOCIADOS: Ana Moser, Ana Mota, André Domingos, André Veras, Bernardinho, Branca, Cafu, Carmem de Oliveira, Cesar Castro, Cláudia Chabalgoity, Clodoaldo Silva, Daniel Alves, Deco, Dunga, Edmilson, Edu Gaspar, Fernanda Keller, Fernando Scherer (Xuxa), Flávio Canto, Giovane Gávio, Gustavo Borges, Henrique Guimarães, Hortência, Ida, Joaquim Cruz, Jorginho, José Montanaro, Kaká, Kelly Santos, Lars Grael, Leandro Guilherme, Leonardo, Léo Pasquali, Luciano Correa, Luísa Parente, Magic Paula, Marcelo Elgarten, Mariana Ohata, Mauricio Lima, Mauro Silva, Neco, Oscar Schmidt, Patrícia Medrado, Paulo André, Pipoka, Raí Oliveira, Ricarda Lima, Ricardo Gomes, Ricardo Vidal, Roberto Lazzarini, Rogério Ceni, Rogério Sampaio, Roseane Santos, Rubinho Barrichello, Rui Campos, Torben Grael, Vanessa Menga, William Machado e Zetti.

CONSELHO POLÍTICO-ESTRATÉGICO: Daniela Rios, Procter & Gamble; Fernanda Camargo, LiveWright; Fernando Chacon, Itaú Unibanco; Hugo Passarelli Scott, Passarelli Construtora; João Paulo Diniz, Instituto Península; Jorge Abrahão, Instituto Ethos; Marcos Nisti, Instituto Alana; Nércio Fernandez, Linx; Oded Grajew, Rede Nossa São Paulo; Paulo Nigro, Tetrapak; Percival Caropreso, Setor 2 1/2.

EQUIPE:

Direção Executiva: Daniela de Castro

Administrativo e Financeiro: Nádía Alves

Comunicação: Tatiane Conceição Vergueiro

Programa Cidades do Esporte: Adriana Antonia Alves do Nascimento e Silvia Gonçalves

Secretaria Executiva Rede Esporte pela Mudança Social (REMS): Ana Luiza de Araújo Carrança e Louise Bezerra

COMITÊ DE GOVERNANÇA DO PROGRAMA CIDADES DO ESPORTE: Instituto Ayrton Senna, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios (Instituto Ethos), Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, Rede Esporte pela Mudança Social (representada por PRODHE/Cepeusp e Instituto Esporte e Educação), SESC, UNESCO e UNICEF.

II RELATÓRIO CIDADES DO ESPORTE

CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO: Daniel De Bonis

COORDENAÇÃO GERAL: Silvia Gonçalves

TEXTO: Daniel De Bonis, com contribuições de Adriana Antonia Alves do Nascimento, Daniela Castro e Silvia Gonçalves

EDIÇÃO E REVISÃO: Adriana Antonia Alves do Nascimento, Daniela Castro e Silvia Gonçalves

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Umcomum

PREPARAÇÃO DE LINGUAGEM E REVISÃO ORTOGRÁFICA: Flavio Carrança

FOTOS: Adriana Antonia Alves do Nascimento e Silvia Gonçalves e imagens cedidas pela secretaria municipal de esporte, recreação e lazer de Porto Alegre e secretaria municipal de esporte, lazer e juventude de Curitiba.

Sumário

6 **INTRODUÇÃO**

Capítulo

1

10 **O PROGRAMA CIDADES DO ESPORTE**
11 O Esporte no contexto brasileiro
13 Programa Cidades do Esporte: Histórico

Capítulo

2

16 **O USO DE INDICADORES COMO FERRAMENTA DE GESTÃO**
19 Indicadores: atributos e limitações
21 Fontes comuns de indicadores
23 Indicadores do Programa Cidades do Esporte

3

26	INDICADORES CIDADE DO ESPORTE: Como Vão os Municípios do Programa?
29	Nível de preenchimento
29	Governança
32	Orçamento
36	Recursos humanos
39	Infraestrutura
50	Ações e projetos
58	Comportamento

4

62	CONCLUSÕES
-----------	-------------------

72	CIDADES DO ESPORTE: Indicadores Selecionados, por Município
74	Belo Horizonte
81	Cuiabá
87	Curitiba
93	Fortaleza
97	Natal
100	Porto Alegre
107	Rio de Janeiro
114	Salvador
120	São Paulo

Introdução



Tornar o esporte e seus benefícios mais acessíveis a toda a população brasileira e melhorar o Sistema Nacional de Esporte são as principais metas da Atletas pelo Brasil. Iniciativa inédita no mundo, esta organização sem fins lucrativos, criada em 2006, reúne atletas e ex-atletas de diferentes gerações e modalidades com a missão de melhorar o esporte para melhorar o país.

A escolha do Brasil para organizar e sediar dois dos maiores eventos esportivos mundiais, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, representou um marco importante na história do País, e também uma grande oportunidade para construir um plano nacional de metas de longo prazo para o esporte. Desta forma, como legado desses dois megaeventos, a Atletas pelo Brasil propôs, em 2011, um conjunto de metas para o esporte brasileiro divididas em torno de três eixos: Acesso ao esporte e aumento da atividade esportiva, Esporte de qualidade nas escolas, Revisão do Sistema Nacional de Esporte.

1 Acesso ao esporte e aumento da atividade esportiva:

Até 2016 dobrar a atividade física da população nas cidades que foram sedes da Copa do Mundo de 2014;

Até 2022 dobrar a atividade física da população brasileira.

2 Esporte de qualidade nas escolas:

Até 2016 100% das escolas públicas das cidades-sede da Copa do Mundo com esporte de qualidade;

Até 2022 100% das escolas em todo o território nacional com esporte de qualidade.

3 Revisão do Sistema Nacional de Esporte:

Construção de um sistema que determine as prioridades das políticas públicas de esporte, as competências dos entes federativos e organizações esportivas, defina a aplicação de recursos, entre outros.

Além do trabalho no plano nacional, a Atletas pelo Brasil acredita na importância da atuação dos governos municipais no desenvolvimento de políticas públicas de esporte, pois é nesse âmbito que se pode conhecer a realidade e as necessidades locais, para que seja possível democratizar o acesso ao esporte. Foi nesse contexto, que a organização criou o Programa Cidades do Esporte, com os seguintes objetivos:

- **Promover a importância do esporte nas políticas públicas, mostrando seus impactos em várias áreas sociais**
- **Realizar o diagnóstico e o acompanhamento da situação do esporte e da atividade física nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo**
- **Monitorar periodicamente a evolução de indicadores**
- **Divulgar boas práticas e promover uma maior interação entre as cidades**

O I Relatório Cidades do Esporte, lançado em 2014, representou um marco fundamental neste esforço de monitoramento de políticas públicas municipais de estímulo ao esporte e à atividade física, trazendo à tona informações inéditas sobre o tema nos municípios brasileiros. Este II Relatório Cidades do Esporte expande qualitativa e quantitativamente as informações do primeiro, apresentando uma versão revisada dos indicadores, agregados agora em seis eixos temáticos: Governança, Orçamento, Recursos Humanos, Infraestrutura, Ações e Projetos e Comportamento. Entre outras inovações, o preenchimento foi feito de forma totalmente online, facilitando a participação e permitindo maior número de análises e cruzamentos das informações obtidas.

A finalidade deste documento é iniciar o monitoramento dos indicadores para que possamos acompanhar a evolução das cidades em relação ao diagnóstico realizado no primeiro relatório. A série histórica possibilitará identificar os avanços do município no que se refere ao esporte e à atividade física, e realização de uma análise atualizada das políticas públicas voltadas para o tema. Desta forma, serão oferecidos subsídios concretos para o planejamento de ações pelos gestores públicos e privados, além de permitir aos cidadãos o acesso a informações relevantes sobre a qualidade de vida nos municípios onde vivem.

O relatório possui a seguinte estrutura: o primeiro capítulo descreve o contexto nacional das políticas de esporte e relata o histórico do Programa Cidades do Esporte. O segundo capítulo esclarece conceitos a respeito do uso de indicadores na gestão pública e expõe os princípios dos Indicadores Cidades do Esporte. O terceiro capítulo descreve os principais achados empíricos em cada um dos eixos dos indicadores, fazendo um paralelo com os dados coletados no ano anterior. O quarto capítulo descreve as conclusões do Programa. Por fim, o Anexo 1 detalha os valores dos principais indicadores para cada uma das cidades pesquisadas.

A Atletas pelo Brasil agradece a todos os seus apoiadores, aos parceiros, e ao Comitê de Governança do Programa, que aportaram conhecimento e ajudaram na articulação necessária para construir mais este marco em direção às metas propostas para o esporte brasileiro.

Agradecemos também aos municípios e ao Distrito Federal, que se comprometeram, por meio de seus prefeitos e governador, e mobilizaram esforços para esse trabalho. Esperamos que este instrumento, elaborado com a colaboração das cidades participantes, seja uma ferramenta de apoio a gestores públicos na implementação de políticas para o maior acesso da população à prática de atividades físicas e esportivas, e a melhoria do esporte nas escolas. Em resumo, esperamos oferecer insumos que possam contribuir para políticas públicas que levem cada vez mais em consideração as diversas oportunidades existentes em cada município para o fortalecimento da cultura do esporte.

Atletas pelo Brasil

Declaração do Comitê de Governança do Programa Cidades do Esporte

Nós, as organizações que compõem o Comitê de Governança do Programa Cidades do Esporte: Instituto Ayrton Senna, Nike, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios (Instituto Ethos), Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, Rede Esporte pela Mudança Social (representada por PRODHE/Cepeusp e Instituto Esporte e Educação), SESC, UNESCO e UNICEF acreditamos, assim como a Atletas pelo Brasil, no esporte como meio de transformação social.

O acesso ao esporte não é um privilégio, mas um direito garantido pela Constituição Federal e reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O desafio que nos uniu em apoio a essa iniciativa está diretamente relacionado ao desejo das organizações envolvidas de vislumbrar uma política esportiva abrangente e integrada com diversas áreas sociais, já que a prática esportiva impacta na saúde, na educação, no desenvolvimento e na inclusão social, na mobilidade, no planejamento urbano e na segurança pública.

O país vem avançando na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano e das condições sociais da sua população, por meio da utilização do esporte como ferramenta de desenvolvimento. No entanto, esse grande potencial do esporte ainda precisa ser ampliado e melhor aproveitado nas políticas públicas, que podem ser formuladas e implementadas considerando a transversalidade do tema. Isso levará as cidades a serem mais saudáveis, inclusivas, sustentáveis e a terem melhor qualidade de vida.

Acreditamos que o Programa Cidades do Esporte, previsto para ser executado até 2022, contribuirá para integrar o esporte na pauta de prioridades nacionais e locais. O Programa colabora para o reconhecimento do valor do esporte dentro e fora das escolas, fornece subsídios para o planejamento de ações voltadas à promoção da atividade física e esportiva nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 (por meio do diagnóstico e do monitoramento do acesso ao esporte nessas cidades), e contribui para a divulgação de melhores práticas e iniciativas em políticas públicas esportivas.

Através do Programa, que periodicamente avaliará a evolução das políticas esportivas em cada uma das 12 cidades-sede da Copa, a sociedade poderá acompanhar o avanço de seus municípios para que o direito de acesso à prática esportiva se torne efetivo. Além disso, acreditamos que futuramente essas cidades poderão servir de exemplo a outras no país.

O I Relatório Cidades do Esporte foi o ponto de partida para se conhecer um pouco mais a situação do esporte nesses municípios e subsidiar um debate qualificado de proposições e políticas para o setor, que deve contar com a articulação entre atores governamentais, setor privado e sociedade civil. O II Relatório avança neste debate, uma vez que aponta a evolução das cidades no sentido de garantir aos seus habitantes o acesso ao esporte.

Queremos um Brasil com mais esporte para todos. É por isso que unimos forças por meio desta iniciativa, para melhorar o esporte e, também por meio do esporte, melhorar o país.

Capítulo

1

O Programa Cidades do Esporte

Foto 2: Projeto de remo Liga Nautica da OELA, Manaus (26/09/2013)

O ESPORTE NO CONTEXTO BRASILEIRO

O acesso ao esporte e à atividade física é entendido atualmente como um direito de todos os cidadãos. A Carta Internacional da Educação Física e Esporte da UNESCO, de 1978, expressa de forma clara este princípio:

Todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à educação física e ao esporte, que são essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade. A liberdade de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais, por meio da educação física e do esporte, deve ser garantida dentro do sistema educacional, assim como em outros aspectos da vida social.

No caso brasileiro, a própria Constituição Federal consagra este princípio, estabelecendo o dever do Estado de fomentar práticas esportivas “formais e não-formais”. Outros textos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, também elevam a prática esportiva à condição de componente fundamental do desenvolvimento humano e social.

As razões são inúmeras. Além dos benefícios diretos para a saúde, a prática do esporte e da atividade física têm impactos comprovados no desenvolvimento de competências sociais e humanas, na inclusão social, na redução da evasão escolar e na melhoria do desempenho na escola.

Ao mesmo tempo, o crescimento desordenado dos centros urbanos durante o século XX legou às gerações do século XXI, em especial nos países em desenvolvimento, um conjunto de grandes cidades marcadas pela pequena quantidade de áreas verdes e espaços públicos de lazer; altos índices de poluição do ar, da água e do solo; longos períodos de deslocamento, muitas vezes realizado por transporte individual motorizado, poluente e pouco eficiente; déficits habitacionais e sociais de grande magnitude. Com vistas a melhorar essa situação, diversos movimentos têm buscado soluções que tornem nossas cidades mais sustentáveis, lugares onde a convivência social, a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos, a preservação do meio ambiente e o legado a ser transmitido às futuras gerações, tenham precedência sobre o atendimento a interesses econômicos e demandas de curto prazo.

Acreditamos que a promoção do esporte e da atividade física está intimamente ligada a este debate. Promover a saúde e a qualidade de vida nas cidades significa, também, garantir um ambiente escolar preparado física e pedagogicamente para estimular, por meio do esporte, a sociabilidade e

o conhecimento do próprio corpo por parte das crianças e adolescentes; significa favorecer os deslocamentos realizados a pé ou de bicicleta, combatendo o sedentarismo e estimulando a convivência social; significa garantir espaços públicos bem equipados, integrados ao meio ambiente, onde as práticas físicas e esportivas possam ser realizadas de forma segura, inclusiva, agradável e acessível a todos.

Nesse sentido, não é possível falar em cidades do esporte sem fazer menção a cidades sustentáveis. Uma dimensão está incluída na outra; e ambas conspiram pelo mesmo objetivo. É por isso que o programa Cidades do Esporte não se dedica a priorizar o esporte de alto rendimento, voltado sempre para faixas muito minoritárias da população. Nossa concepção é a do esporte para todos, promovido como direito fundamental do cidadão e condição essencial para a promoção do desenvolvimento humano.

Recentemente, o Ministério do Esporte realizou, pela primeira vez, uma pesquisa nacional com o objetivo de compreender a realidade da cultura esportiva no país: o Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte), elaborado a partir da coleta de dados em 8.902 entrevistas realizadas com brasileiros e brasileiras maiores de 15 anos, durante o ano de 2013.

Segundo o Diesporte, 46% dos brasileiros se classificam como sedentários, ou seja, afirmam não praticar esporte ou atividade física no tempo livre. Entre as mulheres especificamente, a proporção é ainda maior: 50%. Infelizmente, a pesquisa não revela o critério técnico utilizado, de forma que não é possível afirmar se os respondentes

são suficientemente ativos conforme o critério da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Ainda de acordo com a pesquisa, entre os brasileiros sedentários que já praticaram esporte no passado, a maioria abandonou a prática antes dos 24 anos de idade, particularmente durante o período de entrada no mercado de trabalho ou no ensino superior. Estes dados mostram a importância de se investir em políticas que favoreçam o acesso e a permanência dos jovens em atividades físicas.

Ao mesmo tempo, o Diesporte mostra também que o universo dos idosos deve ser um foco particular de atenção para os formuladores de políticas públicas de esporte. Dentre os maiores de 65 anos de idade, 64% são sedentários, e apenas 5% praticam uma modalidade esportiva.

Quanto às crianças e adolescentes, o levantamento mais recente a respeito é a Pesquisa Nacional sobre a Saúde do Escolar - PeNSE, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, com jovens entre 13 e 15 anos de idade matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental. Segundo essa pesquisa, apenas 30% dos jovens no nono ano do ensino fundamental podem ser considerados ativos¹; outros 63% foram classificados como insuficientemente ativos, e 7% como inativos. Além disso, 18% afirmaram não ter frequentado ao menos uma aula semanal de educação física na escola durante a semana anterior à pesquisa, enquanto 43% tinham frequentado apenas uma aula da disciplina na semana anterior.

Os números mostram o longo caminho a percorrer nas políticas voltadas à promoção do

¹ Foram considerados ativos aqueles que praticavam 300 minutos ou mais de atividade física por semana; e insuficientemente ativos aqueles que dedicavam menos que 300 minutos à atividade. Os que responderam não praticar foram classificados como inativos.

esporte e da atividade física no Brasil. Apesar de a Educação Física ser disciplina obrigatória no currículo escolar, a efetivação do esporte como componente essencial deste ainda está longe de ocorrer no País. Como ilustração, basta lembrar que, segundo o Censo Escolar 2014, apenas 30% das escolas públicas brasileiras possuem quadra de esportes.

Os dados levantados pela Atletas pelo Brasil no I Relatório Cidades do Esporte ajudam a completar esse retrato. A publicação mostrou que entre as 10 cidades-sede que responderam o questionário em 2013, apenas duas possuíam, um Plano Municipal de Esporte aprovado pela Câmara Municipal.

Além disso, entre os municípios que possuíam secretarias de esporte, estas representavam entre 0,24% e 0,64% do orçamento total, mostrando a importância de envolver nas políticas de estímulo ao esporte secretarias de maior porte, como educação, saúde e transportes.

O relatório também apontou que nos municípios analisados apenas 46% das escolas possuíam pátios, quadras ou ginásios poliesportivos. Além disso, havia poucos profissionais para atividades esportivas monitoradas – a média era de mais de 4 mil habitantes por profissional. Notou-se ainda que a falta de regularidade ou a baixa oferta de atividades esportivas ou físicas monitoradas para crianças e jovens em idade escolar se agravava no período de férias, fora do ambiente e horário escolares, e com o aumento da idade destes grupos.

PROGRAMA CIDADES DO ESPORTE: HISTÓRICO

O Programa Cidades do Esporte foi criado em 2011 com o objetivo de contribuir para a melhoria do acesso ao esporte e à atividade física no País. Ele definiu como estratégia central acompanhar e estimular a evolução das políticas públicas para o esporte nas doze cidades que sediariam a Copa do Mundo, e, a partir dessas experiências, construir referências para as demais cidades brasileiras, colaborando para a construção de um legado esportivo sólido no Brasil.

O Programa constituiu um Comitê de Governança cujos membros se reúnem periodicamente para acompanhar a execução das ações, analisar seus resultados e contribuir com suas expertises no tema.

Como primeira grande ação, no ano de 2012, o Cidades do Esporte buscou a assinatura da carta compromisso do Programa com os candidatos a prefeito das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. O documento estipula metas de estímulo e ampliação do acesso ao esporte e à atividade física nas cidades, e a melhoria do esporte nas escolas municipais. Além do estabelecimento de metas, o documento prevê medidas a serem

adotadas pelos municípios para que estas sejam alcançadas. Entre elas estão, a implantação de um comitê intersecretarial, criação e fortalecimento de um conselho de esportes, coleta e disponibilização de dados e políticas esportivas com destinação e execução orçamentária.

Após as eleições municipais, os novos prefeitos das cidades sede da Copa² e o governador do Distrito Federal³ designaram, cada um, um articulador responsável pela interlocução com o Programa, auxiliando na coleta de informações por meio da articulação interna junto à administração municipal.

Em agosto de 2013, a Atletas pelo Brasil, com apoio do UniEthos⁴, desenvolveu um instrumento para iniciar o diagnóstico da situação do esporte nas cidades: a Matriz de Indicadores do Cidades do Esporte. Esse conjunto de informações foi desenvolvido de forma a possibilitar uma visão integrada da atividade física e esportiva na sua relação com todas as dimensões da realidade urbana: vida escolar, deslocamentos diários, espaços públicos etc.

O propósito da coleta destes dados era a construção de uma base de informações sobre governança, recursos financeiros, infraestrutura e práticas existentes, com vistas à consolidação do esporte e da atividade física como uma prioridade na gestão pública municipal. As informações permitiriam também aos gestores identificar oportunidades para o fortalecimento do tema na agenda dos municípios.

O I Relatório Cidades do Esporte, contendo os dados de 2013 dos municípios, foi lançado no final de 2014, e estabeleceu o diagnóstico do acesso ao esporte e à atividade física nas doze cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol.

A dificuldade em coletar as informações solicitadas foi um obstáculo importante encontrado no primeiro ano de aplicação da matriz de indicadores. Percebeu-se durante a sistematização e análise das informações que muitas cidades não tinham familiaridade com dados existentes em pesquisas nacionais, além de muitas vezes enfrentarem também dificuldades para

² Com o objetivo de uniformizar a linguagem e facilitar a análise para o leitor, a partir deste trecho a utilização da denominação municípios ou cidades-sede da Copa se dará para se referir às onze capitais que integram o programa e Distrito Federal.

³ O programa optou em trabalhar com dados do Distrito Federal e não somente de Brasília (região administrativa 1 do Distrito Federal). Essa escolha se deu a partir da constatação de que as ações de promoção ao esporte relacionadas à Copa do Mundo ocorreram em toda a unidade federativa e, que deveríamos trabalhar diretamente com a instância governamental que assumiu o compromisso junto ao programa.

⁴ UniEthos é uma oscip ligada ao Instituto Ethos que se dedica à educação por meio do desenvolvimento de estudos, pesquisas e capacitação em responsabilidade social empresarial (RSE).

compilar e interpretar informações relativas às próprias atividades por elas desenvolvidas.

Adicionalmente, a dificuldade na obtenção de informações sob responsabilidade de outros órgãos municipais ou estaduais evidenciou a falta de integração muitas vezes existente entre os diferentes órgãos da administração pública, dificuldade ainda mais crítica em se tratando do esporte, política transversal por natureza. Verificou-se a fragilidade da gestão e do controle efetivos das informações pelas pastas do esporte, mesmo em se tratando de ações desenvolvidas diretamente.

Ao mesmo tempo, foi possível notar a grande dimensão das potencialidades dos municípios em promover ações inovadoras, simples, e voltadas para atender os habitantes, buscando um acesso pleno ao esporte. Mesmo com recursos restritos, estruturas limitadas, e baixa priorização política, muitos gestores se mostraram criativos e capazes de encontrar soluções engenhosas para levar o esporte e a atividade física ao maior número possível de pessoas.

Em grande medida, o principal impacto do I Relatório Cidades do Esporte junto aos municípios se deu justamente na conscientização dos gestores a respeito da importância da gestão da informação, da ação transversal intragovernamental, e da busca de referências externas para apoio à decisão. Estes ganhos se traduziram, sem dúvida, em uma experiência mais consolidada e amadurecida durante a elaboração deste II Relatório.

Para a realização do II Relatório, o primeiro passo foi uma revisão aprofundada dos indicadores utilizados, de forma a realizar ajustes a partir da experiência concreta de preenchimento e análise. Foram revistas formulações que levavam a dificuldade ou ambiguidade na interpretação; foram eliminados alguns indicadores, cuja rele-

vância foi reavaliada e acrescentados outros, de forma a incorporar dimensões da realidade não avaliadas pelo instrumento anterior. Tal análise foi feita com base na consulta aos articuladores das cidades, que após o lançamento do I Relatório responderam um questionário sobre o processo de coleta de dados e conteúdo da matriz de indicadores.

Do ponto de vista operacional, a maior inovação da segunda edição do Programa foi a adoção da Plataforma Iota, permitindo o preenchimento e a análise online de todas as informações. A tecnologia foi gentilmente cedida à Atletas pelo Brasil pelo Programa Cidades Sustentáveis, por meio da sua secretaria executiva, a Rede Nossa São Paulo.

Disponível para consulta no endereço indicadores.atletaspelobrasil.org.br - a nova plataforma permite o acesso simplificado aos indicadores organizados por eixos temáticos, explicitando seus enunciados, fórmulas e referências mundiais, quando for o caso. A possibilidade dos municípios participantes preencherem os dados de forma digital, diretamente no sistema ou por meio de planilha posteriormente carregada no sistema, facilitou muito o processo de coleta de dados para o II Relatório.

O sistema foi aberto para preenchimento pelas cidades no mês de julho. Os dados coletados são referentes ao ano de 2014, dando sequência ao I Relatório.

Em agosto e setembro, a equipe da Atletas do Brasil realizou um conjunto de oficinas técnicas com as equipes das cidades participantes, de forma a dirimir dúvidas sobre os indicadores e a plataforma, além de discutir com os gestores responsáveis a importância do uso dos indicadores para o planejamento e avaliação das suas ações.

Uma descrição da estrutura temática e funcional dos Indicadores Cidades do Esporte pode ser encontrada no capítulo 2.



O Uso de Indicadores como Ferramenta de Gestão

Capítulo 2

Foto 3: Aula de natação, Projeto Escola de Esporte, Brasília - DF (12/03/2015)

A metodologia do Programa Cidades do Esporte se baseia na aplicação periódica da matriz de indicadores nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Desenvolvido pela Atletas pelo Brasil em parceria com o UniEthos e com apoio do Comitê de Governança do Programa, esse instrumento é fundamental para o acompanhamento das políticas públicas de esporte nos municípios. Este capítulo pretende esclarecer a importância do uso de indicadores para a gestão pública, justificando assim a opção do programa pela construção e aplicação da matriz.

Indicadores são uma ferramenta indispensável para a democracia contemporânea. A complexidade da realidade social e a alta velocidade da sua transformação exigem, dos interessados em interferir nesse contexto a posse de informações relevantes, precisas, atualizadas e confiáveis. Sem esse instrumental, o agente político (seja ele gestor público, militante ou jornalista) se torna refém do evento anedótico, das ideias preconcebidas, das impressões imediatas. Traduzir a realidade em indicadores significa dar-lhe sentido a partir de critérios objetivos, com base nos quais se torna igualmente possível assumir posições e tomar decisões.

Entre as vantagens do uso de indicadores como ferramentas de gestão, podemos destacar:

- Criar condições para um planejamento consistente da ação pública, com definição de metas de curto, médio e longo prazos
- Possibilitar visão comparativa entre diferentes territórios, segmentos populacionais, instâncias governamentais etc
- Permitir o monitoramento e a avaliação permanente das ações, favorecendo a realização de ajustes e correções de rota
- Favorecer o controle social e a transparência, permitindo o monitoramento da ação pública pelos cidadãos com base em critérios objetivos
- Proteger o gestor público, ajudando a justificar suas decisões perante a imprensa, os políticos e os órgãos de controle
- Garantir a legitimidade da ação pública, desmontando argumentos falaciosos sobre as políticas e programas em desenvolvimento

Para Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009), o indicador é “uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado”.

Alguns elementos desta definição devem ser ressaltados. O indicador possui sempre um significado particular, ou seja, busca traduzir de forma simplificada um aspecto específico da realidade, cujo sentido deve estar claro no momento da sua formulação. Ao mesmo tempo, ele deve ser capaz de informar sobre a evolução deste aspecto; portanto apenas atenderá à sua finalidade se for passível de ser medido consistentemente de forma sistemática, permitindo a construção de séries históricas.

Indicadores são essenciais para o tomador de decisão. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, indicadores são

“informações que permitem descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar de maneira sistemática aspectos de uma realidade e que atendam às necessidades dos tomadores de decisões”. Ou seja, não basta ao indicador refletir de forma fiel um aspecto da realidade, é preciso também que ele atenda à necessidade do tomador de decisão. Diante da enxurrada de dados a que nos vemos submetidos nos dias de hoje, esse atributo adquire ainda mais sentido, pois torna-se necessário que, ao tomar uma decisão, concentremos nossa atenção naqueles aspectos realmente relevantes, deixando de lado dados relativos a outras dimensões da realidade, que não estejam direta ou indiretamente ligados ao tema tratado.

Ao mesmo tempo em que possibilita ao gestor público tomar decisões embasadas, o indicador possui importância crucial para o ambiente democrático, ao favorecer a prática do controle social sobre as políticas públicas. Nas palavras do Programa Cidades Sustentáveis:

Levantar indicadores é revelar a informação pública, torná-la disponível para a sociedade, sendo não só um direito de todos os cidadãos como também um recurso básico para a gestão pública e para a participação cidadã. Com a disponibilização dos indicadores, a mídia, os sindicatos e a sociedade civil passaram a ter maior poder de fiscalização do gasto público, exigindo o uso mais eficiente, eficaz e efetivo do mesmo e a reorganização das atividades de planejamento em bases mais técnicas.

Finalmente, é importante lembrar que indicadores não são simplesmente números: são atribuições de valor a fenômenos, situações, processos e recortes da realidade. Nesse sentido, podemos afirmar que os indicadores nunca são neutros: sua escolha é sempre uma opção política, que implica necessariamente priorizar determinados pontos de vista sobre a realidade social, em detrimento de outros. Decorre daí a importância de que os princípios valorativos que nortearam a escolha estejam claros para todos, em especial os seus usuários.

INDICADORES: ATRIBUTOS E LIMITAÇÕES

Se o uso de indicadores é indiscutivelmente importante para a gestão pública contemporânea, a atenção ao processo de seu desenho é crucial. Mal construídos, podem representar não apenas desperdício do tempo e dos recursos gastos na sua estruturação, mas, ainda mais grave, orientar de forma errônea a ação pública, levando a resultados não desejados e mesmo danosos.

A literatura técnica sobre o tema converge na definição dos atributos ideais de um “bom” indicador. Dentre estes, quatro são considerados essenciais: Utilidade, Validade, Confiabilidade e Disponibilidade. Importante destacar que estes atributos foram considerados na concepção da matriz de indicadores do Cidades do Esporte.

A Utilidade do indicador representa o grau em que ele atende a necessidades dos tomadores de decisão. De nada adianta um indicador confiável e produzido de forma sistemática se a informação que ele carrega for irrelevante para os atores políticos envolvidos com determinada política pública.

Vale a pena ressaltar que o critério de utilidade do indicador é sempre relativo à política pública de que se está tratando. Assim, o indicador hipotético “estatura média dos estudantes de ensino fundamental” pode ser inútil para a avaliação de um programa de melhoria de desempenho em matemática, por exemplo, e ao mesmo tempo ter alta utilidade para o planejamento das atividades de educação física, ou ainda para avaliação dos impactos da subnutrição sobre a população escolar.

A Validade do indicador diz respeito à sua capacidade de representar o aspecto da realidade que se quer medir e eventualmente modificar. Um exemplo é a questão da pobreza. Tradicionalmente, ela é mensurada por indicadores de renda monetária, como a renda per capita familiar. Embora não seja considerada apenas um fenômeno monetário e sim uma situação de privações múltiplas, a renda per capita costuma ser considerada uma medida imperfeita, mas válida, para estimá-la. Mais recentemente, indicadores multidimensionais de pobreza têm sido desenvolvidos por diversos especialistas, sob o argumento de que teriam maior validade ou, seja, maior capacidade de representar esse fenômeno em todas as suas dimensões.

Um terceiro atributo essencial do indicador é a sua Confiabilidade, ou seja, o grau em que o indicador é percebido como legítimo pela sociedade. A confiabilidade aumenta sempre que o indicador for proveniente de instituições com grande conhecimento técnico e legitimidade social, como é o caso, no Brasil, do IBGE, do IPEA, do Banco Central e outras organizações públicas ou privadas. Mesmo que não seja produzido por instituições como estas, a confiabilidade do indicador aumenta se ele tiver sido elaborado de

acordo com metodologias transparentes, e reconhecidas como apropriadas por especialistas no tema em questão.

Por fim, é também um atributo essencial de um indicador a sua Disponibilidade, compreendida como o nível em que os dados que o compõem são de fácil obtenção no tempo e no espaço. Indicadores disponíveis são aqueles que podem ser coletados repetidas vezes ao longo do tempo, e de forma uniforme em diferentes realidades políticas e geográficas, permitindo a construção de séries históricas e a realização de análises comparativas.

Além destes atributos essenciais, outros podem ser relacionados como complementares para a construção adequada de um bom indicador:

Simplicidade e clareza: fácil entendimento pelos usuários

Sensibilidade: capacidade de refletir no tempo adequado mudanças na realidade mensurada

Desagregabilidade: passível de ser desagregado em subunidades regionais ou conforme categorias socioeconômicas

Economicidade: baixo custo de obtenção

Rastreabilidade: passível de verificação e/ou auditoria

Indicadores são sempre unidades agregadoras de informação. Assim, o seu processo de construção deve passar necessariamente por escolhas capazes de traduzir o interesse do tomador de decisões a respeito de determinado aspecto da realidade em uma unidade de medida útil, válida, confiável e disponível. Embora o uso de indicadores e índices seja essencial para a vida democrática contemporânea, não podemos aqui deixar de lado a importante questão das limitações dos indicadores enquanto ferramentas de gestão.

A primeira limitação importante a ter em mente ao se utilizar indicadores é que eles mostram tanto quanto escondem. Ao optarmos por um ponto de vista, estamos deixando de lado outros, que possivelmente trariam perspectivas diferentes do aspecto da realidade em questão. Esse é um fator que deve levar a interpretações cuidadosas do indicador. Um exemplo simples é a distinção entre números absolutos e relativos: ao utilizar como critério um indicador calculado como proporção da população, é comum que o gestor não se dê conta que proporções pequenas podem ser altamente relevantes, se calculadas sobre bases populacionais muito grandes. É o caso de comparações relativas entre municípios brasileiros: um problema social que

afete grande contingente populacional de um município de pequeno porte pode ser bem menos relevante que outro com efeito sobre uma pequena proporção dos habitantes de uma cidade como São Paulo, dada a diferença de ordem de grandeza entre as duas aglomerações urbanas.

Outra limitação importante diz respeito à possibilidade de gaming, ou ação deliberada para alterar as informações que compõem um indicador. Quando o valor obtido em um indicador passa a ter grande importância social, seja em termos de reputação, seja em termos monetários – como é o caso de indicadores que servem de base para rankings de organizações ou indivíduos, ou índices utilizados para definição de bônus ou mecanismos de remuneração variável - aumenta a probabilidade de que os atores envolvidos modifiquem sua atuação de forma a afetar especificamente a apuração dos valores em jogo. Nesses casos, é necessário um monitoramento capaz de evitar que ações desta natureza pervertam ou distorçam o sentido do próprio indicador.

Finalmente, é bom lembrar que nem todos os aspectos da vida social podem ou devem ser reduzidos a indicadores. Eles são uma ferramenta indispensável, mas devem ser utilizados com parcimônia, e nunca como fonte exclusiva de informação, nem como único fundamento para tomada de decisão.

FONTES COMUNS DE INDICADORES

Há dois tipos básicos de fontes de indicadores: primárias e secundárias.

Quando o pesquisador ou a organização responsável pela descrição, análise ou avaliação do indicador é também o responsável original pela produção daquela informação, fala-se em indicadores de fonte primária.

Quando o pesquisador trabalha com indicadores produzidos por outras organizações ou institutos, fala-se em indicadores de fonte secundária.

No caso de uma administração municipal, são indicadores de fonte primária aqueles extraídos dos seus próprios registros administrativos,

bancos de dados, de pesquisas realizadas pela própria prefeitura ou por ela contratadas. São indicadores de fonte secundária aqueles obtidos junto a organizações como Pnud, IBGE, Ipea, MEC/Inep, FGV, entre outros.

Aos municípios interessados em utilizar indicadores de fontes secundárias para os seus processos de planejamento, monitoramento e avaliação, há um grande número de referências úteis, acessíveis pela internet, nas quais é possível obter online, e de forma gratuita, dados específicos relativos à realidade local. Relacionamos na Tabela 1 algumas destas referências.

TABELA 1 Fontes secundárias de indicadores para gestores municipais

Nome	Instituição responsável	Descrição
IBGE: Cidades	IBGE	Endereço que reúne diversas informações geográficas, sociais, econômicas e políticas, por município. Ver www.cidades.ibge.gov.br/
IpeaData	Ipea	Dados sobre atividade econômica e realidade social, por região, estado ou município brasileiro. Ver www.ipeadata.gov.br
Qedu	Fundação Lemann / Merritt Educacional	Dados sobre aprendizado, proficiência, Ideb e informações do censo escolar, por região, estado, município e escola. Ver www.qedu.org.br/
Meu Município	Fundação Brava	Dados sobre finanças municipais, incluindo descrição de despesas, receitas, investimentos e endividamento, por município. Ver www.meumunicipio.org.br/
Atlas do Desenvolvimento Humano	Pnud Brasil	Dados desagregados do desenvolvimento humano municipal, incluindo IDH-M, informações territoriais, demografia e saúde, educação, renda, trabalho e habitação, por região, estado e município. Ver www.atlasbrasil.org.br/
Sala de Apoio à Gestão Estratégica	Ministério da Saúde	Informações de saúde, incluindo situação de saúde, redes e programas, gestão e financiamento. Desagregadas por regiões, estados e municípios. Ver 189.28.128.178/sage/
Atlas da Vulnerabilidade Social – IVS	Ipea	Indicadores socioeconômicos que compõem o Índice de Vulnerabilidade Social, por município. Ver ivs.ipea.gov.br/

O programa Cidades do Esporte utiliza indicadores de fontes primárias e secundárias, conforme será demonstrado nos capítulos seguintes.⁵

INDICADORES DO PROGRAMA CIDADES DO ESPORTE

As políticas voltadas para o esporte e a atividade física têm, por sua própria natureza, um caráter transversal. Isso ocorre porque o desenvolvimento da atividade esportiva não se dá de forma isolada, mas está intimamente ligado com as políticas de educação, saúde e mobilidade urbana, entre outras.

Dessa forma, o desafio de mensurar o desenvolvimento da prática física e esportiva no ambiente urbano passa pela construção de indicadores que capturem de forma abrangente estas diferentes dimensões. Do ponto de vista operacional, este é um obstáculo adicional à obtenção das informações desejadas, dado que o planejamento integrado e as ações intersecretariais ainda se encontram em estágio muito incipiente em nosso País.

Além disso, é preciso destacar o déficit de informações relativas ao esporte e à atividade física coletadas em nível nacional. A elaboração do primeiro Diagnóstico Nacional do Esporte (DiEsporte), divulgado em 2015, é uma conquista importante nesse sentido, mas ainda insuficiente para suprir os gestores e atores políticos interessados de indicadores relevantes para a formulação, implementação e avaliação de políticas voltadas à promoção do esporte e da atividade física junto à população.

É dentro deste cenário que acreditamos que os Indicadores Cidades do Esporte vêm cumprir um papel importante, seja levantando informações de caráter inédito junto aos gestores municipais, seja pela constatação da inexistência de diversas informações de caráter estratégico dentro da área. Nesse sentido, são objetivos dos Indicadores Cidades do Esporte:

⁵ Para se aprofundar mais sobre o tema, a Atletas pelo Brasil disponibilizou em seu website (www.atletaspelobrasil.org.br) dois textos para consulta: Indicadores e o nível de agregação da informação e Indicadores e o ciclo de políticas públicas.

- ▶ Fornecer aos gestores das políticas públicas de esporte ferramentas de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação das ações empreendidas na área
- ▶ Favorecer o controle social sobre as políticas públicas de esporte, permitindo que os cidadãos, a mídia e as organizações da sociedade civil possam se apropriar do estágio atual de desenvolvimento destas políticas, inclusive em perspectiva comparada
- ▶ Permitir uma visão comparada das realidades municipais brasileiras no tema do esporte e da atividade física
- ▶ Fomentar o debate público sobre a importância da disponibilização de dados estatísticos de forma regular, confiável e abrangente na área do esporte e da atividade física

Os Indicadores Cidades do Esporte estão estruturados em seis eixos temáticos: Governança, Orçamento, Recursos Humanos, Infraestrutura, Ações e Projetos, Comportamento.

A escolha das seis dimensões não foi aleatória: cada uma delas se articula com as demais por meio de um modelo causal, que identifica os mecanismos pelos quais as ações desenvolvidas podem impactar a realidade que se quer transformar.

Dessa maneira, a Governança envolve as variáveis políticas e institucionais que acabam por condicionar o volume de recursos destinado às políticas na área, representado pela dimensão Orçamento. Governança e Orçamento, por sua vez, condicionam as maneiras pelas quais os Recursos Humanos, a Infraestrutura e as Ações e Projetos incidem sobre as políticas da área. Por fim, espera-se que estes elementos acabem por influenciar o Comportamento dos cidadãos em termos da prática da atividade física e esportiva. Esse modelo é reproduzido de forma esquemática na Figura 1.

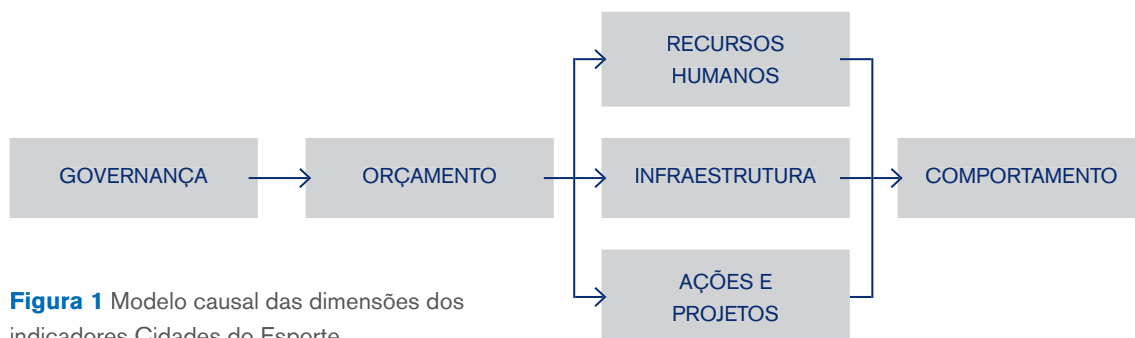


Figura 1 Modelo causal das dimensões dos indicadores Cidades do Esporte

O conjunto de indicadores referente ao II Relatório foi sistematizado em um Caderno de Indicadores disponibilizado a todos os articuladores do programa de forma a facilitar o seu preenchimento.

A alimentação dos indicadores ocorreu diretamente na Plataforma Iota, disponível no endereço indicadores.atletaspelobrasil.org.br. Nela, a partir de um acesso seguro com login, os gestores municipais puderam cadastrar no sistema boas práticas, variáveis e indicadores.

As variáveis são dados utilizados no cálculo dos indicadores. Algumas variáveis são utilizadas em mais de um indicador Cidades do Esporte, como população, extensão das vias urbanas etc.

Os indicadores são calculados a partir dos valores inseridos nas variáveis que os compõem – o cálculo é feito de forma automática pelo sistema. O município tem a opção ainda de construir séries históricas, introduzindo as informações relativas a anos anteriores.

O cadastro de boas práticas inclui elementos como descrição, objetivos, cronograma, resultados, instituições envolvidas, contatos e fontes, entre outros. Seu objetivo é acrescentar informações de caráter qualitativo a respeito das ações desenvolvidas pelos municípios.

Longe de ser apenas um suporte de alimentação de dados para a Atletas pelo Brasil, a plataforma é uma verdadeira ferramenta de trabalho e monitoramento que pode ser utilizada indistintamente por gestores públicos, organizações da sociedade civil, e quaisquer cidadãos interessados em acompanhar as políticas voltadas ao esporte e à atividade física. Entre os recursos existentes, estão o download de planilhas, construção de mapas e gráficos, visões comparativas entre cidades ou por meio de séries temporais, entre outras.

Capítulo

3

Indicadores Cidade do Esporte: Como Vão os Municípios do Programa?

Com o objetivo de monitorar a evolução das políticas voltadas à prática do esporte e da atividade física pela população, ao longo de 2015, a Atletas pelo Brasil coletou dados junto aos municípios participantes do programa. Este processo deu sequência à coleta de dados realizada para o I Relatório, que estabeleceu o diagnóstico do acesso ao esporte nestes municípios com base nos dados de 2013. Desta forma, para o II Relatório Cidades do Esporte, os municípios foram orientados a prestar informações referentes ao ano de 2014 dentro dos seis eixos temáticos estabelecidos

Algumas observações preliminares se fazem necessárias para a devida interpretação dos dados aqui coletados. Primeiro é importante colocar que, apesar do Distrito Federal ter participado do I Relatório Cidades do Esporte, ele ficou de fora da análise aqui empreendida. O compromisso do programa assinado pelo então Governador em 2013 perdeu a validade com sua saída do cargo no fim de 2014. A equipe do Programa não logrou êxito em renovar o compromisso com o novo governador empossado em 2015.

Em segundo lugar, todos os valores aqui relatados, exceto quando houver indicação em contrário, foram alimentados pelas próprias equipes de cada administração municipal, sob orientação das assessoras de política pública da Atletas pelo Brasil. Isso quer dizer que a responsabilidade última a respeito das informações expostas, incluindo eventuais imprecisões ou incorreções, cabe a cada município participante.

Além disso, é importante ressaltar que os dados aqui apresentados, mesmo quando expressam os valores das médias e do desvio-padrão⁶, não devem ser interpretados como estatisticamente significativos do universo dos municípios brasileiros, uma vez que se trata de uma amostra de apenas onze cidades respondentes, com uma taxa de preenchimento de 61%. Dessa forma, tais médias têm mero valor indicativo, relativizando-se o seu poder descritivo da realidade municipal brasileira.

⁶ O desvio-padrão é uma medida estatística de dispersão dos valores de uma amostra. Quanto maior o seu valor, mais dispersos são os valores, ou seja, há maior variação em relação à média.

TABELA 1 Características gerais das cidades do Programa Cidades do Esporte

Cidade	UF	Região	População	Orçamento executado (2014) – R\$ milhões
Belo Horizonte	MG	SE	2.375.151	9.159
Cuiabá	MT	CO	551.098	1.536
Curitiba	PR	S	1.864.416	6.055
Fortaleza	CE	NE	2.571.896	5.414
Manaus	AM	N	2.020.301	□
Natal	RN	NE	853.928	□
Porto Alegre	RS	S	1.409.351	5.285
Recife	PE	NE	□	□
Rio de Janeiro	RJ	SE	6.453.682	24.531
Salvador	BA	NE	2.902.927	5.066
São Paulo	SP	SE	11.513.836	41.520

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte (Dados de 2014)

Em terceiro lugar, além de ser pequena, a quantidade de municípios participantes, estes são bastante diferentes entre si. Embora sejam, todos, capitais das suas respectivas unidades federativas, os municípios respondentes variam enormemente na sua realidade geográfica, em população e no porte orçamentário, como exposto na Tabela 1. Dessa forma, comparações entre eles devem levar em conta o contexto social, econômico e

político muito distinto em que atuam as suas administrações municipais.

Uma observação final diz respeito ao processo de coleta de dados. Em algumas cidades, mudanças nas equipes da prefeitura, ocorridas durante o processo de coleta das informações, acabaram por afetar o nível de preenchimento dos indicadores, dada a necessidade de retomada e apropriação das ações pelos novos técnicos designados.

NÍVEL DE PREENCHIMENTO

Um dos objetivos dos Indicadores Cidades do Esporte é fomentar o debate público sobre a importância do esporte, e da atividade física, e da disponibilização de dados estatísticos de forma regular, confiável e abrangente na área. Um dos grandes gargalos para o planejamento e avaliação de iniciativas no setor é a falta de informações confiáveis, abrangentes e disponibilizadas de forma sistemática.

Verificamos que a metodologia adotada para as oficinas proporcionou aos representantes de diferentes secretarias e órgãos municipais a oportunidade de debater transversalmente a temática do esporte, a partir das provocações advindas das informações solicitadas. O debate despertou a atenção sobre o impacto do esporte em diversas áreas da atuação municipal e sobre a importância de políticas integradas entre as secretarias, para tornar os investimentos mais efetivos e gerar maior impacto positivo nos municípios. Nesse sentido, o processo de coleta de dados desempenha uma função importante no programa.

Da mesma forma, entendemos que o diálogo da Atletas pelo Brasil com os municípios participantes a respeito da obtenção de informações, bem como sua análise e interpretação, têm uma função didática, na medida em que estimulam a reflexão sobre a existência ou não de informações estratégicas para a gestão das políticas públicas do esporte.

É por essa razão que não esperamos dos municípios uma taxa de 100% de preenchimento dos indicadores: a não existência da informação é, ela mesma, uma informação relevante para o diagnóstico aqui desenvolvido, na medida em que fornece insumos para o debate, desenvolvimento de novos estudos e pesquisas que possam se debruçar sobre estes tópicos.

Dentre os 11 municípios que responderam, a taxa de preenchimento foi, em média, de 61%, com uma distribuição muito desigual, que variou entre 19% até 100%.

Em relação aos eixos dos indicadores, aquele com maior índice de preenchimento foi o de Governança, com 88%. O eixo de Comportamento teve o menor índice, 33%. Os demais tiveram taxas de preenchimento entre 59% e 66%.

É importante ressaltar que estes níveis de preenchimento não refletem necessariamente a qualidade da informação apresentada pelos municípios. Para a realização da análise dos dados, foram desconsideradas respostas avaliadas como inconsistentes com os parâmetros de cada indicador. Um exemplo são dados que, em função de eventuais erros de apuração, cálculo ou digitação, assumem valores irrealistas, muito elevados ou muito baixos, ou ainda em desacordo com outros dados levantados pelo mesmo município. Nestes casos, optou-se por não incluí-los na análise, levando a uma redução significativa do conjunto de dados utilizáveis para o II Relatório.

GOVERNANÇA

A dimensão Governança diz respeito à importância de existirem marcos institucionais que favoreçam o desenvolvimento de políticas voltadas à promoção da atividade física e esportiva; entre eles, a existência de estrutura político-administrativa que demonstre a priorização do tema; existência efetiva de espaços para participação da população e das organizações interessadas no tema;

instrumentos de planejamento das políticas públicas de esporte, favorecendo sua continuidade e o alcance de metas de longo prazo; e a existência de marco regulatório que estimule o investimento privado em ações e programas públicos.

Esta dimensão é composta de seis indicadores qualitativos binários, indicando a existência

ou não no município dos seguintes marcos institucionais: Conselho Municipal do Esporte ativo; Fundo Municipal do Esporte; Lei Estadual de Incentivo ao Esporte; Lei Municipal de Incentivo ao Esporte; Plano Municipal do Esporte; e Secretaria Municipal do Esporte. Os resultados estão na Tabela 2.

TABELA 2 Indicadores de Governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Belo Horizonte	✓	■	✓	■	■	✓
Cuiabá	✓	✓	□	□	■	✓
Curitiba	■	■	✓	✓	✓	✓
Fortaleza	■	■	✓	■	■	✓
Manaus	✓	■	■	✓	■	✓
Natal	■	■	■	■	■	✓
Porto Alegre	■	✓	✓	✓	■	✓
Recife	□	□	□	□	□	□
Rio de Janeiro	■	■	✓	✓	■	✓
Salvador	■	■	✓	■	■	■
São Paulo	✓	✓	✓	■	■	✓

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

A Constituição Federal de 1988 institucionalizou no país a prática da participação popular por meio de conselhos setoriais de composição paritária entre governo e sociedade civil, de forma a favorecer a democratização da formulação e da implementação das políticas públicas e o controle social. O indicador relativo ao Conselho Municipal refere-se à existência de Conselho Municipal do Esporte criado por lei, que tenha se reunido ao menos duas vezes nos últimos doze meses.

Dos dez municípios respondentes, apenas quatro indicaram a existência de Conselho Municipal ativo, indicando que a consolidação destes espaços de participação ainda constitui um desafio na área do esporte, em contraste com outros setores de atuação em políticas públicas.

Outro mecanismo importante para a implementação de políticas é a instituição de Fundo Municipal, gerido de forma colegiada e participativa, que possa aplicar recursos em projetos desenvolvidos no âmbito do governo e do terceiro setor.

O Fundo deve ter sido criado explicitamente por lei municipal, possuir contabilidade própria, e entre suas finalidades deve constar a de apoiar e suportar financeiramente projetos de natureza esportiva. Apenas três dos onze municípios respondentes afirmaram possuir esse mecanismo.

O apoio a iniciativas da sociedade civil também pode se materializar por meio de leis de incentivo fiscal orientadas a projetos esportivos, por meio das quais empresas e organizações não governamentais possam abater dos seus impostos estaduais ou municipais os recursos aplicados em projetos esportivos. Nos doze casos abrangidos pelo nosso estudo, Leis de Incentivo ao Esporte parecem predominar na esfera estadual: de oito respondentes, seis confirmaram a existência do mecanismo em âmbito estadual, contra apenas três que possuem lei municipal análoga.

De todos os marcos institucionais investigados, o Plano Municipal de Esporte, aprovado por lei municipal e construído com a participação da sociedade civil, foi o menos adotado: apenas um município, entre dez respondentes, respondeu afirmativamente. É importante lembrar que, ao possibilitar a definição democrática de prioridades, diretrizes e metas, a construção participativa do Plano Municipal de Esporte é uma ferramenta importante para se garantir a continuidade das políticas públicas e favorecer o controle social.

Por fim, a existência de Secretaria Municipal que tenha como foco principal as políticas de esporte é um indicativo relevante do nível de prioridade do tema na gestão municipal. Com exceção de um município, no qual o tema tem status apenas departamental, todos os nove respondentes afirmaram possuir órgão com status de Secretaria Municipal voltado para o esporte.

A comparação da evolução dos indicadores de Governança entre os anos de 2013 e 2014 indica uma situação estável: as diferenças nas proporções observadas na Tabela se devem menos a mudanças de fato e mais às alterações dos municípios que preencheram ou deixaram de preencher os indicadores em cada edição.

TABELA 3 Proporção dos municípios respondentes que possuem os marcos institucionais indicados

	2013	2014
Conselho Municipal ativo	50%	40%
Fundo Municipal	40%	30%
Lei Municipal de Incentivo	40%	44%
Plano Municipal	20%	9%
Secretaria Municipal	90%	91%

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2013, 2014

ORÇAMENTO

A concretização de políticas públicas de esporte depende da aplicação efetiva de recursos públicos em ações e programas com esse foco. A dimensão Orçamento é composta de indicadores que demonstram, por meio dos montantes de recursos efetivamente executados pelo poder público, o nível de prioridade das políticas voltadas para o esporte e a atividade física.

A despesa pública no Brasil é regida pela chamada classificação funcional-programática, prevista na Lei 4.320/64, que rege o orçamento público. Esta classificação indica a qual função de governo – educação, saúde etc - se referem as despesas previstas e executadas, independentemente do órgão que as executou. Nesta classificação, é a função de governo Desporto e Lazer aquela que agrega as políticas de esporte.

A Tabela 4 traz um indicador fundamental para a análise das políticas municipais de esporte: a proporção do orçamento municipal destinada à função Desporto e Lazer no orçamento executado durante o ano de 2014. Aqui estão todas as despesas executadas, ou seja, efetivamente aplicadas naquele ano, que o poder público municipal classificou dentro da função Desporto e Lazer.

TABELA 4 Proporção do orçamento municipal destinado a políticas de esporte (2014)

Cidade	Proporção do orçamento total para a função Desporto e Lazer (%)	Proporção dos gastos da Secretaria de Esporte no orçamento total
Belo Horizonte	0,40	0,28
Cuiabá	0,08	0,08
Curitiba	□	0,53
Fortaleza	0,34	0,16
Manaus	□	□
Natal	□	□
Porto Alegre	0,41	0,31
Recife	□	□
Rio de Janeiro	1,60	0,20
Salvador	0,11	□
São Paulo	0,56	0,46
Média	0,49	0,29
Desvio padrão	0,34	0,12

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

A tabela mostra que a proporção das despesas destinadas à função Desporto e Lazer nos municípios participantes não passa de 1% dos orçamentos municipais, com exceção do Rio de Janeiro, em que elas representaram 1,6% dos gastos totais em 2014.

Como comparação, notamos que o Governo Federal, em 2014, gastou 0,13% do seu orçamento com a função Desporto e Lazer⁷, ou seja, muitas capitais participantes do programa gastam proporções significativamente maiores dos seus orçamentos na área do que a União. A diferença em favor dos municípios é esperada, entretanto, se levamos em conta as características do federalismo brasileiro instituído pela Constituição de 1988, que preconiza a descentralização da execução das políticas sociais para os estados e municípios. Por outro lado, é importante notar que, atualmente, não há clareza a respeito das divisões de competências entre os entes federativos (Governo Federal, Estados e Municípios) nas políticas de esporte, uma questão que poderia ser encaminhada por meio da revisão do Sistema Nacional de Esporte, atualmente em discussão no âmbito do Governo Federal.

A segunda coluna da Tabela 4 utiliza um outro critério, o do órgão executor, analisando a proporção das despesas totais que foram gastas pela Secretaria Municipal do Esporte. Os valores são, em média, menores que os da função Desporto e Lazer, o que pode ser explicado parcialmente pelo caráter naturalmente transversal dessas políticas, que podem, na prática, ser executadas por diferentes órgãos da administração municipal.

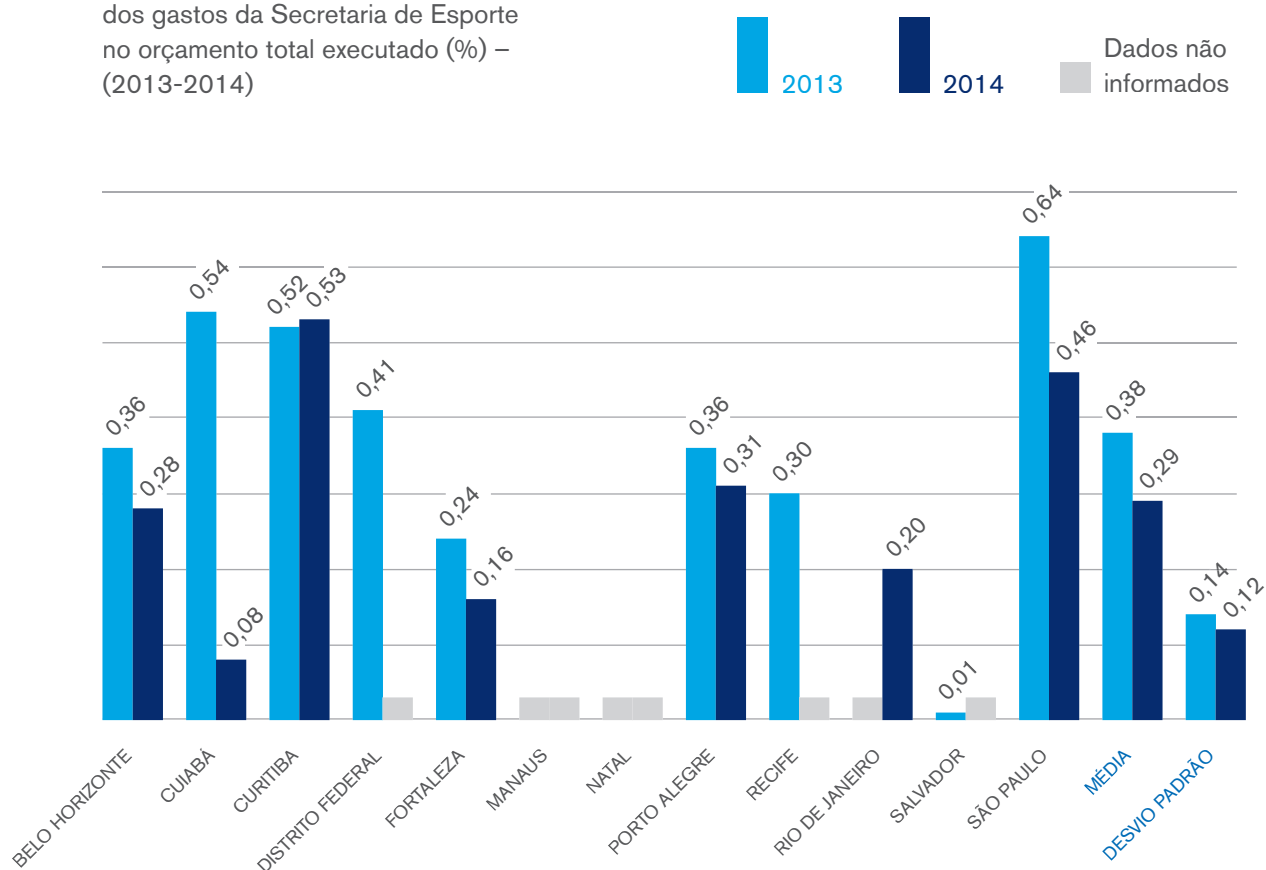
Este indicador permite ainda uma comparação com os valores, relativos a 2013, relatados pelos municípios por ocasião do I Relatório Cidades do Esporte. Essa comparação está na Tabela 5, abaixo. Verifica-se uma redução na média encontrada, de 0,38% para 0,29%. Uma explicação possível para esta variação é curiosamente, a própria Copa do Mundo: a ocorrência da competição em 2014 levou muitos municípios-sede a elevar gastos em turismo, infraestrutura e outros aspectos relacionados ao evento, distribuídos por diferentes secretarias – inclusive secretarias extraordinárias criadas especialmente para o evento -, o que pode ter contribuído para reduzir a importância da Secretaria do Esporte no orçamento.

Se a hipótese acima estiver correta, a Copa do Mundo teve o efeito paradoxal de comprimir os gastos voltados para a prática do esporte pela população nas cidades em que ocorreu, estimulando apenas o incremento dos gastos relacionados ao esporte como espetáculo de massa e evento econômico.

Um ponto importante a ser ressaltado neste momento é que a classificação funcional-programática não esgota, necessariamente, o universo das políticas voltadas ao esporte e à atividade física no município. Atividades desenvolvidas no âmbito das políticas de educação, como o es-

⁷ Ver <http://orcamento.inesc.org.br/2014>.

TABELA 5 Evolução da proporção dos gastos da Secretaria de Esporte no orçamento total executado (%) – (2013-2014)



Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2013, 2014

porte educacional, muito possivelmente estão fora destes números, assim como políticas de prevenção à saúde que envolvam a promoção da atividade física. Outras políticas com impacto direto na área, como a construção de ciclovias e a implantação de parques, podem estar classificadas nas rubricas de transportes ou meio ambiente, por exemplo.

O que isso indica é a necessidade de fortalecer a articulação intersecretarial dentro da administração municipal como estratégia de ampliação das ações voltadas ao esporte, em especial com as secretarias da Saúde e da Educação – levando em conta ainda que estas áreas possuem, por determinação constitucional, índices de aplica-

ção mínima de recursos orçamentários (respectivamente 25% e 15% das despesas totais, no âmbito municipal).

Outro indicador relevante a respeito dos recursos orçamentários para a área do esporte diz respeito à sua aplicação. A promoção da prática esportiva e da atividade física depende de que os recursos disponíveis sejam destinados prioritariamente ao acesso dos cidadãos ao esporte. Por essa perspectiva, seria pouco desejável, um comprometimento excessivo dos recursos com modalidades de alto rendimento, que iria concentrar verbas públicas em um universo pequeno de atletas profissionais, em detrimento da extensão do direito ao esporte à população como um todo.

TABELA 6 Proporção do orçamento da Secretaria do Esporte destinado a modalidades de alto rendimento

Cidade	(%)
Belo Horizonte	5,62
Cuiabá	0,00
Curitiba	5,63
Fortaleza	0,00
Manaus	12,74
Natal	□
Porto Alegre	2,54
Recife	□
Rio de Janeiro	6,64
Salvador	0,00
São Paulo	□
Média	4,15
Desvio padrão	3,51

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

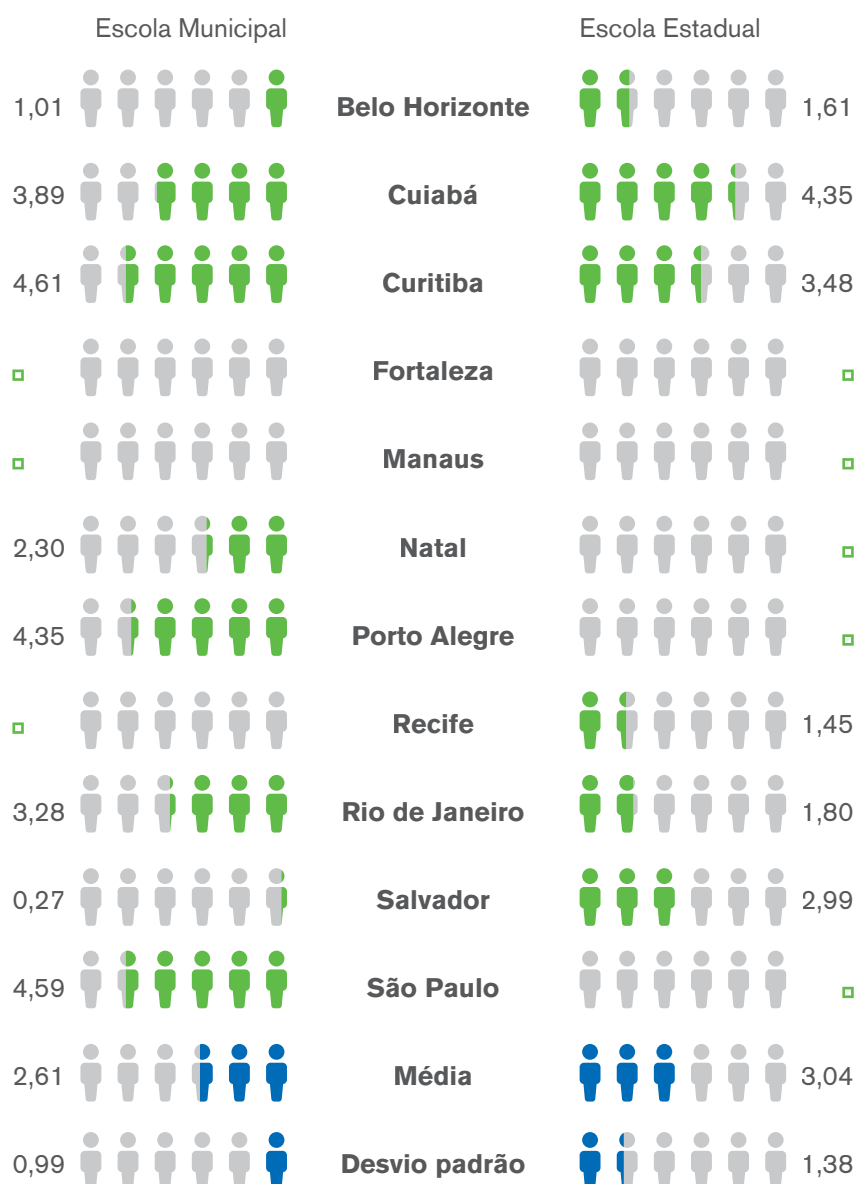
A Tabela 6 mostra que os municípios participantes destinam até 12,7% dos recursos da Secretaria do Esporte para modalidades de alto rendimento. Dos oito respondentes deste indicador, três afirmaram não destinar nenhum recurso para o alto rendimento. A média foi de 4,15%, com grande dispersão dos valores encontrados. De qualquer forma, nos casos observados, o investimento em modalidades de alto rendimento não parece representar um obstáculo ao dispêndio em políticas que promovam o acesso da população ao esporte.

RECURSOS HUMANOS

A existência de equipes qualificadas e em tamanho suficiente é um aspecto, captado na dimensão Recursos Humanos, fundamental para o sucesso das políticas de esporte. Ela inclui indicadores como a quantidade e a qualificação dos professores de educação física nas redes municipal e estadual, bem como dos monitores, voluntários e educadores envolvidos nas atividades esportivas desenvolvidas fora da escola com a população.

Uma preocupação fundamental neste item é a existência de professores de educação física em quantidade apropriada nas escolas, devidamente capacitados para o exercício da sua função. A Tabela 7 traz os dados relativos ao número desses professores por escola, nas cidades participantes. É possível observar que as médias são de 2,6 professores por escola, nas municipais, e 3,04, nas estaduais, com razoável variação entre os diferentes municípios.

TABELA 7 Professores de educação física por escola municipal e estadual de ensino fundamental ou médio



Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

Uma forma alternativa de se abordar a mesma questão é por meio do cálculo da razão aluno/professor, ou seja, de quantos alunos matriculados existem para cada professor de educação física. Os resultados deste cálculo estão na Tabela 8. Novamente se observa grande dispersão dos valores encontrados, que ficaram entre 113 e 480 alunos por professor.

A média é maior no ensino médio do que no fundamental, o que sugere que problemas relativos ao contingente de professores podem ser mais comuns nesta fase escolar.

TABELA 8 Razão aluno/Professor de Educação Física nas redes municipal e estadual

Cidade	Municipal (6° ao 9° ano)	Estadual (6° ao 9° ano)	Estadual (Médio)
Belo Horizonte	351,54	182,92	283,70
Cuiabá	227,86	480,14	160,70
Curitiba	177,15	347,42	217,13
Fortaleza	124,34	217,57	140,22
Manaus	113,75	162,68	150,50
Natal	165,2	293,8	60,7
Porto Alegre	36,9	95,9	208,5
Recife	124,34	217,57	140,22
Rio de Janeiro	162,68	150,50	217,13
Salvador	150,50	217,13	150,50
São Paulo	208,5	293,8	60,7
Média	208,5	165,2	293,8
Desvio padrão	60,7	36,9	95,9

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

É interessante notar que, nos primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano), a prática pedagógica contemporânea prevê a existência de professor multidisciplinar, responsável por ensinar diferentes disciplinas. Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/96) não determina a obrigatoriedade de professor específico de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental.

Com o objetivo de identificar a prática dos municípios nesse item, a Atletas pelo Brasil perguntou aos municípios a respeito da existência de obrigatoriedade legal do professor de educação física do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Apenas duas cidades responderam positivamente, em relação ao âmbito municipal: Cuiabá e Manaus. Já no âmbito estadual, os estados do Amazonas e de Pernambuco, segundo as cidades respondentes, também aplicam essa norma.

Outro ponto importante relativo aos professores de Educação Física nas escolas públicas é o seu nível de qualificação. Apenas cinco municípios responderam a questão; neles, a proporção de professores com formação na área fica entre 90% e 100%.

Uma questão adicional, entretanto, diz respeito à educação continuada dos profissionais. A Tabela 9 indica a proporção de professores de Educação Física que passou, em 2015, por curso de formação, qualificação ou atualização profissional. A atualização profissional é um item essencial para se garantir a qualidade da prática esportiva nas escolas.

De sete municípios respondentes, um afirmou que nenhum professor passou por atividade dessa natureza; dos seis restantes, cinco afirmaram que mais da metade dos professores participou de algum tipo de formação, qualificação ou atualização profissional durante o ano.

TABELA 9 Proporção de professores de Educação Física do ensino fundamental da rede municipal que passaram por curso de formação, qualificação ou atualização profissional

Cidade	(%)
Belo Horizonte	0
Cuiabá	75,2
Curitiba	59,4
Fortaleza	□
Manaus	□
Natal	64,7
Porto Alegre	100
Recife	□
Rio de Janeiro	100
Salvador	21,7
São Paulo	□
Média	60,2
Desvio padrão	29,4

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

Um ponto adicional, em relação aos recursos humanos, diz respeito à existência de equipes profissionais envolvidas em programas e projetos esportivos desenvolvidos pelas prefeituras, para o público fora da escola. Os números coletados indicam que estas equipes possuiriam tamanho extremamente reduzido: no máximo, em torno de algumas centenas, mesmo em cidades com milhões de habitantes. Esse número aponta, a princípio, para a fragilidade da capacidade estatal de implementar políticas de fomento ao esporte, no que se refere aos recursos humanos, um diagnóstico que já havia sido feito por ocasião do I Relatório Cidades do Esporte. Os dados informados pelos municípios nas diferentes edições,

entretanto, apresentaram inconsistências entre si, impedindo a comparação ano a ano.

Os dados, porém, devem ser tomados com cautela, pois é possível que os municípios não tenham contabilizado de forma apropriada todos os profissionais contratados por seus parceiros conveniados ou apoiados pelo poder público. Além disso, a dificuldade na articulação das secretarias se reflete em ações desassociadas. Em muitos casos, as secretarias desconhecem as iniciativas esportivas e de atividade física monitorada desenvolvidas por profissionais da área no âmbito de outros órgãos da gestão municipal. O ponto central aqui parece ser a necessidade de se consolidar de forma mais precisa as informações relativas à execução das políticas públicas, em especial quando implementadas de forma indireta.

INFRAESTRUTURA

A existência de Infraestrutura apropriada no ambiente urbano é um grande facilitador da prática de atividade física e esportiva. Esta dimensão busca avaliar o uso que o poder público municipal pode fazer das características naturais do município (áreas verdes, praias), bem como os seus investimentos em diversas dimensões estruturais que afetam o comportamento dos cidadãos no tema, incluindo a proporção de escolas com infraestrutura esportiva adequada; a existência de infraestrutura urbana que favoreça pedestres e ciclistas; a oferta adequada de equipamentos esportivos e unidades esportivas, entre outras.

A existência de áreas verdes é uma das condições básicas para melhorar a qualidade de vida no ambiente urbano, e estimular a atividade física e a prática esportiva ao ar livre. A Organização Mundial de Saúde, por exemplo, utiliza como referência o patamar mínimo de 12m² de área verde por habitante: uma referência internacional para o tema é Nantes, na França, que possui 60m² de área verde por habitante⁸. A existência de áreas verdes urbanas utilizáveis pela população, como praças e parques, é também, sem dúvida, um importante facilitador da prática esportiva e física: em Nantes, novamente uma referência mundial no tema, elas compreendem 37m² por habitante⁹.

⁸ Fonte: European Green City Awards

⁹ Id.

TABELA 10 Áreas verdes e área de parques e praças por habitante

Cidade	Áreas verdes (m²) por habitante	Área de parques e praças (m²) por habitante
Belo Horizonte	18	3,04
Cuiabá	2,13	2,13
Curitiba	54,51	14,65
Fortaleza	5,04	1,92
Manaus	□	□
Natal	□	□
Porto Alegre	15,11	13,84
Recife	□	□
Rio de Janeiro	87,75	1,20
Salvador	□	0,83
São Paulo	13,94	4,15
Média	15,64	5,22
Desvio padrão	12,96	4,51

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

A Tabela 10 mostra que, em termos de áreas verdes totais, dos sete municípios respondentes, cinco excedem a referência mínima da OMS. O quadro, entretanto, se mostra menos favorável quando analisamos a proporção de áreas verdes urbanas, utilizáveis diretamente pelos cidadãos, como praças e parques: neste quesito, apenas dois municí-
pios apresen-

tam índices superiores a 12m² por habitante. Os índices estão bastante distantes das melhores referências mundiais no tema.

A questão da mobilidade urbana e sua conexão com a prática física também está intimamente relacionada com a existência de infraestrutura apropriada. Andar a pé pela cidade depende da existência de calçadas adequadas: seguras, suficientemente amplas e iluminadas; da mesma

forma, o uso da bicicleta é bastante favorecido pela existência de ciclovias e ciclofaixas permanentes (faixas exclusivas fisicamente segregadas), ciclorrotas (vias com mapeamento e sinalização específica voltada à proteção do ciclista) e ciclofaixas de lazer (faixas segregadas apenas nos fins de semana e feriados).

A Tabela 11 compara a extensão total das vias dos municípios com a extensão de ciclovias,

TABELA 11 Ciclovias, ciclorrotas e ciclofaixas de lazer (em km)

Cidade	Extensão total de vias	Extensão total de ciclovias e ciclofaixas permanentes	Extensão total de ciclorrotas	Extensão de ciclofaixas de lazer, funcionando em fins de semana e feriados
Belo Horizonte	4.529	71	□	□
Cuiabá	1.824	24,4	□	□
Curitiba	4.505	169,6	12,2	8,6
Fortaleza	4.000	116	0	12
Manaus	■	□	□	□
Natal	■	□	□	□
Porto Alegre	2.788	24	□	□
Recife	2.344	□	□	□
Rio de Janeiro	9.457	179	326	□
Salvador	■	107	4	9
São Paulo	12.016	207	32	121

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

ciclorrotas e ciclofaixas de lazer. Observa-se, em primeiro lugar, que as ciclovias vêm ganhando espaço na maior parte dos municípios: cinco das cidades participantes, dentre sete respondentes, possuem extensões na casa das centenas de quilômetros. As ciclorrotas e ciclofaixas de lazer, por sua vez, são menos adotadas, possuindo maior escala no Rio de Janeiro, no caso das primeiras, e em São Paulo, no caso das últimas.

Se olhadas como proporção da estrutura viária do município, entretanto, as ciclovias brasileiras podem ser consideradas ainda pouco abrangentes. A Tabela 12 oferece um índice desta abrangência, calculado como a proporção das ciclovias em relação ao total das vias do município. O índice médio das cidades é de 2% das vias. Apenas como comparação, uma referência internacional neste quesito é a cidade de Vitoria-Gasteiz, onde as ciclovias representam 22% do total de vias do município¹⁰. Mesmo levando em conta que os municípios do programa Cidades do Esporte são de maior porte do que o município espanhol (que possui 220 mil habitantes), pode-se contar que a maior das cidades brasileiras, São Paulo, vem aumentando sua infraestrutura cicloviária em ritmo acelerado nos últimos anos, possuindo planos de atingir a meta de 1,4 km de ciclovias. Já Curitiba tem a meta legal de atingir cobertura de 5% do total das vias do município.

A evolução da extensão das ciclovias tem sido rápida: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre tiveram expansão significativa; em Cuiabá, a rede cicloviária se tornou realidade, saindo de quase zero em 2013 para 24,4 km em 2014; e em Salvador e São Paulo, que já possuíam alguma infraestrutura implantada, as ciclovias mais que triplicaram em extensão, como mostra a Tabela 13.

Apesar desta expansão, a oferta de bicicletários parece ainda restrita. A média, entre os municípios respondentes, é de 1,82 bicicletários públicos por cem mil habitantes.

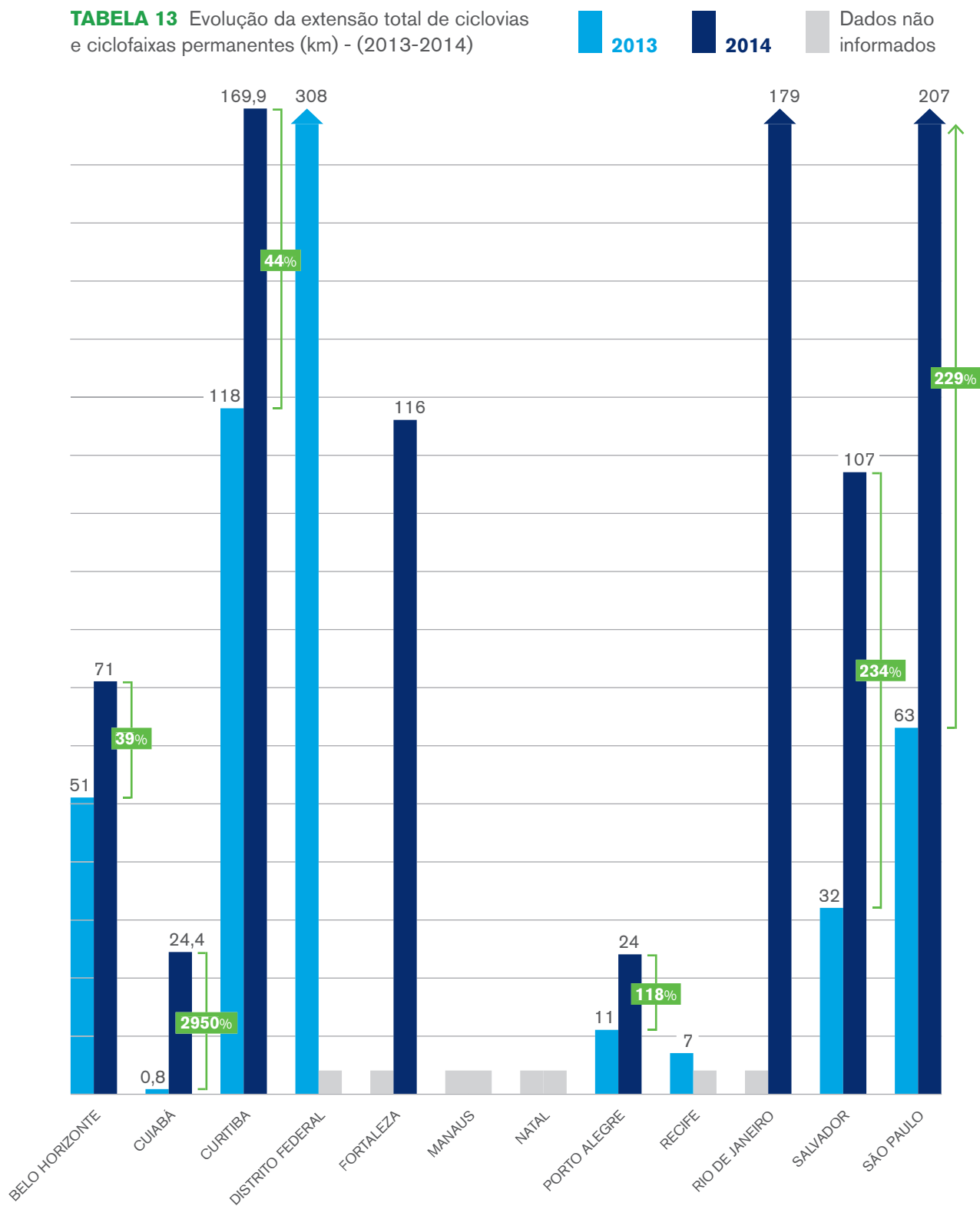
TABELA 12 Ciclovias como proporção das vias totais do município

Cidade	Ciclovias / Vias
Belo Horizonte	1,6%
Cuiabá	1,3%
Curitiba	3,7%
Fortaleza	2,9%
Manaus	□
Natal	□
Porto Alegre	0,9%
Recife	□
Rio de Janeiro	1,9%
Salvador	□
São Paulo	1,7%
Média	2%
Desvio padrão	0,7%

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

¹⁰ Fonte: European Green Cities Award

TABELA 13 Evolução da extensão total de ciclovias e ciclofaixas permanentes (km) - (2013-2014)



Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2013, 2014

A possibilidade de realização de atividade física e esportiva depende também da existência de unidades esportivas públicas estruturadas, de fácil acesso pela população. Unidade esportiva pública é a instalação física (clube, centro comunitário etc), de acesso gratuito a todos os cidadãos, que possua no seu interior um ou mais equipamentos esportivos. A Tabela 14 mostra que nas duas maiores cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, a capacidade total das unidades esportivas públicas equivale a 0,04% da população, um índice maior do que o encontrado em cidades de porte menor. O maior destaque neste item é a cidade de Cuiabá, cujo índice é de 0,08%.

TABELA 14 Unidades esportivas públicas






Cidade	Número total de unidades esportivas públicas	Capacidade total de atendimento das unidades esportivas públicas (pessoas)	Capacidade como proporção da população total (%)
Belo Horizonte	□	□	□
Cuiabá	151	45.560	0,08 %
Curitiba	293	18.435	0,01 %
Fortaleza	□	□	□
Manaus	424	□	□
Natal	121	10.000	0,01 %
Porto Alegre	21	□	□
Recife	□	□	□
Rio de Janeiro	521	240.000	0,04 %
Salvador	290	□	□
São Paulo	335	416.110	0,04 %






Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

A disponibilidade de equipamentos públicos, por sua vez, está descrita na Tabela 15, que informa a quantidade destes por cem mil habitantes. Equipamento público esportivo é entendido aqui como um elemento específico para a prática de esporte, tal como piscina, quadra, ginásio, pista de atletismo etc, aberto para uso de qualquer cidadão. Quadras poliesportivas e academias de ginástica públicas estão entre os equipamentos mais comuns, com taxa médias de 3,16 e 4,35 por cem mil habitantes, respectivamente.

A oferta de outros equipamentos públicos é menor: em média, as cidades participantes possuem 0,39 piscinas por cem mil habitantes; 0,20 pistas de atletismo por cem mil habitantes.

TABELA 15 Equipamentos públicos por cem mil habitantes

	Belo Horizonte	Cuiabá	Curitiba	Fortaleza	Manaus	Natal
 QUADRAS POLIESPORTIVAS	6,4	5,1	3,8	■	9,0	11,0
 GINÁSIOS	0,3	1,6	1,9	■	6,3	0,6
 ACADEMIAS DE GINÁSTICA PÚBLICAS	15,3	5,1	8,8	1,2	0,4	9,1
 PISCINAS PÚBLICAS	0,0	■	0,6	0,3	0,4	■
 PISTAS DE ATLETISMO	■	0,4	0,3	0,1	0,1	■

	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo	Média	Desvio-padrão
	□	□	0,6	1,0	0,8	4,71	3,16
	0,5	□	0,2	0,2	0,2	1,31	1,30
	□	□	1,4	□	0,8	5,26	4,35
	0,6	□	0,3	□	0,5	0,39	0,16
	0,2	□	□	□	0,1	0,20	0,10

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

Um ponto importante, e não captado pelos indicadores globais do município, é a questão da equidade na oferta dos equipamentos públicos – em outras palavras, o quanto a distribuição geográfica dos equipamentos no território municipal se dá de forma equânime em relação à distribuição da população. A Atletas pelo Brasil questionou os municípios a respeito da existência de estudos sobre as desigualdades regionais na oferta de equipamentos esportivos dentro do perímetro urbano. Apenas um município, entre oito respondentes, respondeu afirmativamente, demonstrando que este tópico necessita de maior aprofundamento no planejamento das políticas municipais de esporte.

Por fim, a temática da infraestrutura engloba ainda o espaço físico das escolas públicas, começando pelas de educação infantil, nas quais a prática física já deve se iniciar, no contexto das brincadeiras e das descobertas infantis sobre o próprio corpo e movimento. Esse item, entretanto, foi pouco preenchido pelas cidades participantes, dificultando a realização de um diagnóstico mais preciso.

TABELA 16 Proporção das escolas municipais de ensino fundamental conforme atributos de infraestrutura

Cidade	Pátio externo utilizado para atividade física (%)	Pátio coberto, utilizado para atividade física (%)	Quadra poliesportiva externa, em condições de uso (%)	Quadra poliesportiva coberta ou ginásio (%)	Acessibilidade (%)
Belo Horizonte	0,00	50,57	40,34	92,05	□
Cuiabá	69,14	40,74	35,80	35,80	13,58
Curitiba	□	□	□	81,52	100,00
Fortaleza	□	□	□	□	□
Manaus	□	□	□	□	□
Natal	□	17,57	6,76	59,46	□
Porto Alegre	100,00	64,71	100,00	68,83	39,22
Recife	□	□	□	□	□
Rio de Janeiro	28,37	73,02	13,79	49,01	0,00
Salvador	11,14	2,33	3,37	3,37	15,54
São Paulo	29,95	88,38	70,60	82,21	□
Média	39,77	49,19	38,67	59,01	33,67
Desvio padrão	29,87	23,98	27,13	22,21	28,75

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

Em relação às escolas de ensino fundamental, os municípios foram questionados a respeito da existência de pátio, externo ou coberto, utilizado para atividade física; quadra poliesportiva externa, em condições de uso; quadra coberta ou ginásio; e acessibilidade.

TABELA 17 Proporção das escolas estaduais de ensino fundamental e médio conforme atributos de infraestrutura

Cidade	Pátio externo, utilizado para atividade física (%)	Pátio coberto utilizado para atividade física (%)	Quadra poliesportiva externa, em condições de uso (%)	Quadra poliesportiva coberta ou ginásio (%)	Acessibilidade (%)
Belo Horizonte	59,31	9,17	6,02	42,98	40,11
Cuiabá	□	□	□	□	□
Curitiba	76,54	61,11	71,60	60,49	32,72
Fortaleza	□	□	□	□	□
Manaus	□	□	□	□	□
Natal	□	□	□	□	□
Porto Alegre	90,57	14,48	73,40	12,46	24,58
Recife	49,14	49,14	34,22	16,83	71,86
Rio de Janeiro	9,47	39,48	0,01	0,03	30,87
Salvador	7,65	7,65	43,37	17,86	0,00
São Paulo	□	□	□	□	□
Média	41,81	30,17	38,10	25,11	28,59
Desvio padrão	30,95	19,74	24,69	17,75	17,48

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

Três das onze cidades não responderam a nenhum item acima. Das oito cidades restantes, metade não atingiu o índice de 75% das escolas municipais em nenhum dos quesitos de infraestrutura, ficando em alguns casos bastante abaixo disso, como mostra a Tabela 16. Sem dúvida a oferta de

infraestrutura adequada para a prática física dos alunos se dá de forma diversificada, não apenas nos municípios, mas também nas administrações estaduais, dado que os índices são semelhantes para a esfera estadual (Tabela 17).

AÇÕES E PROJETOS

Na dimensão Ações e Projetos estão indicadores que buscam avaliar as iniciativas do poder público com o objetivo de ampliar a prática de atividade física e esportiva, incluindo, entre outras, aquelas voltadas para o estímulo a essas práticas nas escolas; o uso do espaço urbano para atividade física e esportiva, inclusive para deslocamentos fisicamente ativos; a prática de atividade física e esportiva monitorada, bem como a participação em eventos esportivos públicos. O estímulo a estas ações por meio de campanhas públicas voltadas para promover a prática da atividade física e esportiva entre a população também é objeto de indicadores incluídos nesta dimensão.

A prática de Educação Física nas escolas representa, em muitos casos, o primeiro contato do indivíduo com a prática física e esportiva, que possuem especial relevância para o desenvolvimento pessoal na infância e na adolescência. Segundo o relatório *Desenhado para o Movimento*, crianças que se movimentam desde a primeira infância têm habilidades motoras melhor desenvolvidas e maiores chances de se tornarem adultos ativos¹¹. Nesse sentido, as horas semanais dedicadas à educação física nas escolas são uma referência importante. As Tabelas 18 e 19 detalham as informações relativas ao tempo semanal dedicado à educação física nas escolas municipais, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. A maior parte dos governos oferece ao menos duas horas semanais recomendadas de educação física, mas há redes que dedicam menos tempo que isso.

Além disso, o fato de que nem todos os municípios foram capazes de responder essa questão é, em si, um ponto de atenção importante: o fato de que algumas Secretarias Municipais de Esporte não sabem quanto tempo os alunos da rede municipal dispõem por semana com Educação Física é provavelmente um sintoma da sua baixa capacidade de articulação com as Secretarias de Educação.

¹¹ MACCALUM, Lisa; GOPU, Nithya; HOWSON, Nicole, *Desenhado para o Movimento*; [Título original: *Design to Move*, traduzido por Wiedent + Kennedy], São Paulo: Nike Brasil, 2013.

TABELA 18 Tempo semanal dedicado à educação física nas escolas municipais de ensino fundamental

Cidade	1° ao 5° ano	6° ao 9° ano
Belo Horizonte	2	2
Cuiabá	2	2
Curitiba	1,8	1,8
Fortaleza	□	□
Manaus	□	□
Natal	2	2
Porto Alegre	2	3
Recife	□	□
Rio de Janeiro	1,7	1,7
Salvador	4	1,4
São Paulo	1,50	2,25

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

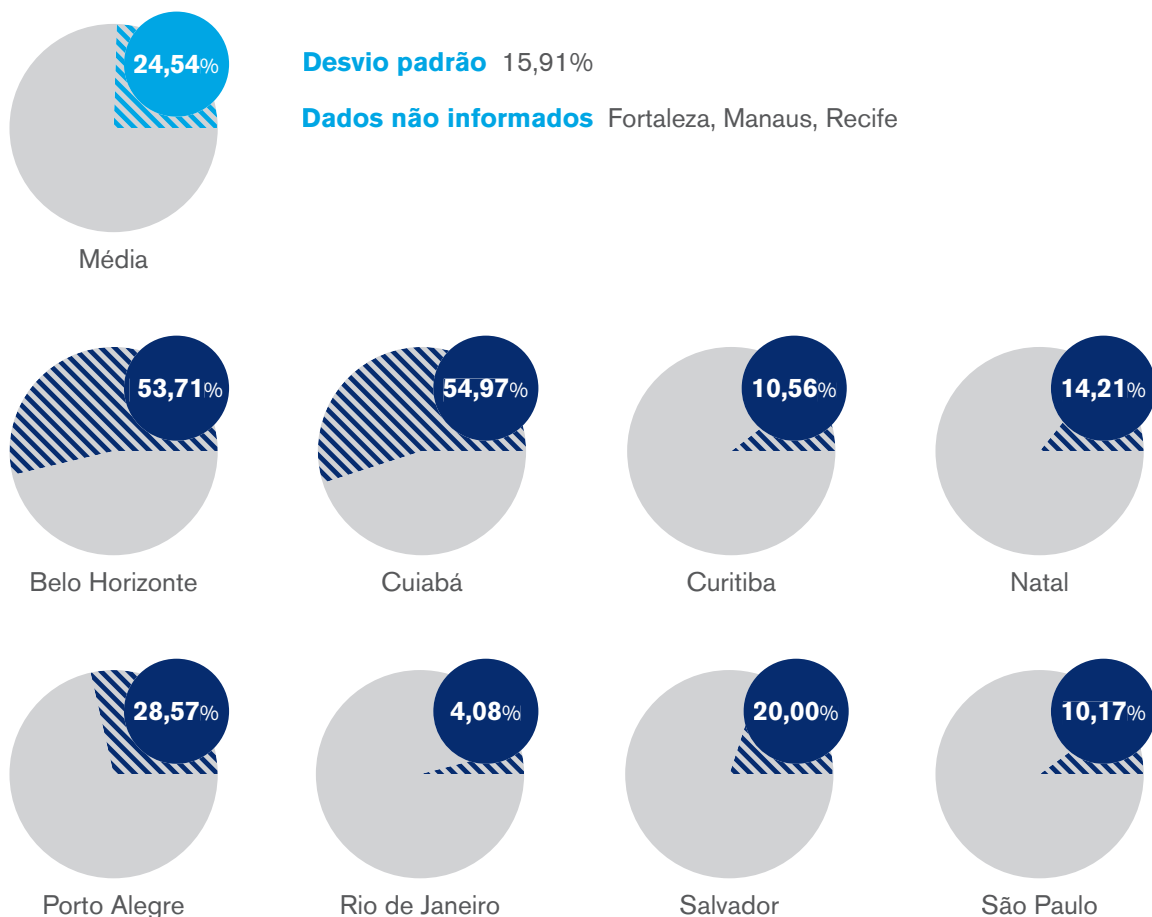
TABELA 19 Tempo semanal dedicado à educação física nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio

Cidade	Ensino fundamental (1º ao 5º ano)	Ensino fundamental (6º ao 9º ano)	Ensino médio
Belo Horizonte	1,7	1,7	1,7
Cuiabá	2,0	2,0	2,0
Curitiba	□	2,0	2,0
Fortaleza	□	□	□
Manaus	□	□	□
Natal	□	4,0	□
Porto Alegre	□	2,5	1,7
Recife	1,0	2,0	1,0
Rio de Janeiro	□	1,7	1,7
Salvador	2,0	2,0	2,0
São Paulo	□	□	□

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

Além da prática curricular da educação física, espera-se que as escolas promovam o esporte e a atividade física junto aos alunos também por meio de atividades extracurriculares, tanto no período complementar ao escolar, como durante as férias escolares. A Tabela 20 mostra a proporção de alunos que participam destas atividades nas redes municipais de ensino. De oito municípios respondentes, em apenas dois mais da metade dos alunos participa de atividades esportivas no período complementar; a média foi de 25% dos alunos. Este parece, assim, ser um campo promissor para o aumento da prática física nas cidades. O índice de participação em atividades dessa natureza nas férias foi preenchido por poucas cidades, dificultando o diagnóstico; o mesmo se deu com as informações da rede estadual.

TABELA 20 Atividade física e esportiva complementar nas escolas municipais de ensino fundamental – proporção de alunos





































Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

A taxa de participação da população em geral em atividades físicas e esportivas monitoradas, desenvolvidas pelo poder público municipal e seus parceiros, exibe variações importantes conforme a faixa etária observada. De acordo com os dados coletados, a cobertura das políticas esportivas das prefeituras é maior na faixa entre 15 e 17 anos, ficando a média em 3% da população, mais de duas vezes a proporção encontrada entre a população adulta. Esse achado parece importante por demonstrar que as prefeituras priorizam as camadas mais jovens nas suas políticas esportivas.

Outro ponto a destacar nos dados é a proporção levemente maior de mulheres participantes, em todas as faixas etárias analisadas, o que contrasta com dados mais gerais sobre o comportamento da população, que costumam indicar menos frequência da prática esportiva pelo público feminino. Acreditamos que a diferença pode possivelmente ser explicada, pela oferta de práticas físicas e esportivas mais comuns a um dos gêneros por parte do poder público municipal.

TABELA 21 Participantes em atividade física e esportiva monitorada promovida pela prefeitura e seus parceiros, como proporção da população, por faixa etária

Legenda:    

		 		 		 
Belo Horizonte	1,36%	2,17%	1,28%	3,98%	2,31%	0,13%
Cuiabá			0,60%	0,19%		0,38%
Curitiba	1,20%	0,67%	3,46%	2,01%	2,82%	1,70%
Fortaleza						
Manaus						
Natal	0,42%	0,11%	3,89%	3,95%	5,19%	4,03%
Porto Alegre						
Recife						
Rio de Janeiro	1,39%	1,85%	2,07%	1,88%	0,65%	0,62%

	18+	18+ ♀	7-14	7-14 ♀	15-17	15-17 ♀
Salvador	□	□	0,08%	0,03%	0,06%	0,04%
São Paulo	3,23%	4,35%	6,00%	3,93%	10,07%	15,73%
Média	1,27%	1,83%	2,18%	2,28%	3,02%	3,23%
Desvio padrão	0,73%	1,15%	1,70%	1,43%	2,63%	3,80%

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

Porto Alegre não contabiliza o número de participantes em atividade física e esportiva monitorada promovida pelo poder público municipal. Os dados fornecidos acima são referentes ao número de atendimentos.

Outra política que tem se difundido no âmbito urbano é o compartilhamento público de bicicletas, normalmente para deslocamentos curtos, frequentemente em parceria com a iniciativa privada e mediante o pagamento pelo uso. A Tabela 22 mostra que, de dez municípios respondentes, sete possuem o programa, com tamanhos variados. Os maiores são os de São Paulo e Rio de Janeiro, ambos com mais de duas mil bicicletas, um número expressivo, mas distante da melhor referência mundial, o programa Vélib', de Paris, França, que conta com mais de 20 mil bicicletas¹². A utilização das bicicletas também exhibe

grande variação: embora São Paulo e Rio possuam quantidades semelhantes de unidades disponibilizadas, a utilização na cidade carioca é cerca de três vezes maior.

A difusão de programas de compartilhamento de bicicletas entre as cidades é sem dúvida um fator positivo, mas sua natureza levanta questões importantes, como a sustentabilidade a longo prazo, dada a importância dos parceiros privados na sua implementação e manutenção, e a disponibilidade de acesso à população como um todo, tanto do ponto de vista da sua distribuição geográfica pelo território como do custo de utilização.

¹² Fonte: Programa Velib'

TABELA 22 Números de programas públicos de compartilhamento de bicicletas

Cidade	Número de bicicletas disponibilizadas para o público em programa de compartilhamento	Número médio de usuários diários do programa de compartilhamento de bicicletas (nos dias de semana)	Usuários diários por cem mil habitantes
Belo Horizonte	300	308	0,01
Cuiabá	0	■	■
Curitiba	25	□	□
Fortaleza	400	1.800	0,07
Manaus	0	■	■
Natal	0	■	■
Porto Alegre	400	639	0,05
Recife	□	□	□
Rio de Janeiro	2.570	7.511	0,12
Salvador	460	116	0,00
São Paulo	2.270	1.645	0,01

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

Embora a questão da avaliação dos resultados dos projetos e iniciativas empreendidos pelos municípios ultrapasse os objetivos deste relatório, a Atletas buscou identificar junto aos municípios quais haviam realizado avaliação externa (feita por universidades, ONGs ou outras organizações não pertencentes ao poder público municipal) dos programas voltados para o esporte e atividade física. Apenas dois municípios – Belo Horizonte e Cuiabá – responderam afirmativamente, demonstrando que parece haver um déficit importante de informações para o adequado planejamento das ações na área.

Outra questão dizia respeito às parcerias do município com programas desenvolvidos pelo Ministério do Esporte ou outros órgãos federais no desenvolvimento de políticas voltadas para o esporte e a atividade física, um ponto bastante importante, tendo em vista a relevância, no contexto brasileiro, do papel de coordenação federativa exercida pelo Governo Federal nas políticas públicas. Não se desprende daí que a adesão dos Municípios a programas federais seja sempre desejável; afinal, estes são autônomos na definição de suas prioridades e políticas.

Mas não há dúvida que a articulação entre entes federativos é um aspecto crucial na implementação de políticas públicas, como mostra o debate atual a respeito do Sistema Nacional de Esporte. Dos respondentes, apenas Porto Alegre afirmou não realizar parcerias com programas federais.

Por fim, uma iniciativa importante na promoção da atividade física junto à população é a realização de campanhas que conscientizem sobre a importância da atividade esportiva, bem como favoreçam o deslocamento a pé e de bicicleta, estimulando a proteção do ciclista e do pedestre nos seus deslocamentos na cidade.

TABELA 23 Campanhas realizadas para estímulo a atividade física e esportiva e uso da bicicleta e/ou proteção do ciclista e do pedestre

Cidade	Campanhas de estímulo a atividade física e esportiva	Campanhas de estímulo ao uso da bicicleta e ou proteção do ciclista e/ou do pedestre
Belo Horizonte	Não	Sim
Cuiabá	Sim	Sim
Curitiba	Não	Sim
Fortaleza	□	□
Manaus	Não	Não
Natal	Sim	Sim
Porto Alegre	□	Não
Recife	□	□
Rio de Janeiro	Não	Não
Salvador	Sim	Sim
São Paulo	□	□

Fonte: Indicadores Cidades do Esporte. Informações relativas a 2014

De sete respondentes, três municípios afirmaram que realizaram campanhas públicas de estímulo à atividade física e esportiva pela população. As campanhas de proteção ao ciclista e ao pedestre foram mais comuns: de oito respondentes, cinco responderam afirmativamente.

COMPORTAMENTO

A dimensão Comportamento diz respeito ao impacto das medidas adotadas sobre a conduta da população. Se a prática de atividades física e esportiva pela população é um objetivo desejável do ponto de vista do desenvolvimento humano, torna-se fundamental mensurar o comportamento dos indivíduos neste tema, incluindo a proporção de deslocamentos diários feitos a pé ou de bicicleta; as horas semanais dedicadas às atividades física e esportiva; e o nível de atividade e inatividade da população.

Infelizmente, com apenas duas exceções, os municípios não informaram a proporção dos deslocamentos diários feitos a pé, de bicicleta ou por meio motorizado, o que impossibilita uma análise no âmbito deste relatório. Certamente a dificuldade em gerar ou obter essa informação é um desafio adicional a ser enfrentado pelos municípios na promoção de políticas de mobilidade urbana que favoreçam a qualidade de vida na cidade.

Dados a respeito do tema podem ser obtidos por fonte secundária na Pesquisa Vigitel de 2013, uma pesquisa telefônica realizada pelo Ministério da Saúde em nível nacional. A pesquisa mensura a prática de atividades físicas no deslocamento, equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana (equivalente a um deslocamento diário de pelo menos 30 minutos a pé ou de bicicleta). Pelos dados coletados, a proporção dos brasileiros fisicamente ativos no deslocamento diário é baixa, ficando entre 8,8% e 13,6% nos municípios do Programa.

TABELA 24 Indivíduos fisicamente ativos no deslocamento* (Vigitel 2013)

Cidade	Adultos fisicamente ativos no deslocamento (%)	Mulheres adultas fisicamente ativas no deslocamento (%)
Belo Horizonte	13,5	14,4
Cuiabá	8,8	10,1
Curitiba	10,5	8,8
Fortaleza	10,2	10
Manaus	11,5	11,5
Natal	8,7	9,5
Porto Alegre	11,4	13,2
Recife	12	10,8
Rio de Janeiro	13	13,7
Salvador	13,3	13,4
São Paulo	13,6	13,2

Fonte: Vigitel 2013

*Percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas no deslocamento equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana (30 minutos de deslocamento diário a pé ou de bicicleta para escola ou trabalho)

Em relação à prática de atividade física pela população, os municípios, aparentemente, não possuem fontes próprias de informação para aferir este índice, o que não é necessariamente ruim, já que uma fonte nacional permite o alinhamento e comparabilidade dos dados. Dessa forma, foram utilizados novamente os números da pesquisa Vigitel. De acordo com a Vigitel, cerca de um terço dos brasileiros adultos pratica atividade física no tempo livre, com um índice pouco menor entre as mulheres. No caso dos municípios do programa Cidades do Esporte, o menor valor é encontrado em São Paulo (28%) e o maior em Natal (38,2%). Os índices da população feminina encontram-se entre 22,4% e 39,4%, nas cidades pesquisadas.

TABELA 25 Prática de atividade física no tempo livre (Vigitel 2013)

Cidade	Adultos que praticam atividade física no tempo livre (%)	Mulheres adultas que praticam atividade física no tempo livre (%)
Belo Horizonte	35,9	30,2
Cuiabá	36,5	39,4
Curitiba	37,4	30,1
Fortaleza	35,4	31,6
Manaus	33,1	26,6
Natal	38,2	32,0
Porto Alegre	37,6	30,9
Recife	34,6	28,9
Rio de Janeiro	33,0	26,4
Salvador	33,6	24,2
São Paulo	28,0	22,5

Fonte: Vigitel 2013

Por outro lado, a Vigitel pesquisa também o nível de inatividade, que indica a proporção da população adulta que não pratica atividade física no tempo livre, no deslocamento ou nas tarefas domésticas. Por esse índice, a cidade participante com maior proporção de fisicamente inativos é Recife (19,3%), e aquela com menos fisicamente inativos é Curitiba (13,5%).

TABELA 26 Nível de inatividade física (Vigitel 2013)

Cidade	Adultos fisicamente inativos (%)	Mulheres adultas fisicamente inativas (%)
Belo Horizonte	15,3	15,7
Cuiabá	16,8	16,1
Curitiba	13,5	13,9
Fortaleza	19,2	18,5
Manaus	16,0	16,5
Natal	18,1	16,2
Porto Alegre	14,0	14,4
Recife	19,3	20,6
Rio de Janeiro	15,9	14,6
Salvador	14,3	13,3
São Paulo	16,3	15,0

Fonte: Vigitel 2013

Os números das tabelas demonstram que, em todos os municípios, há muito ainda a avançar para se alcançar níveis adequados na prática de atividade física no tempo livre. O Estado do Havaí, nos Estados Unidos da América, por exemplo, exibe índices de 60%, sendo considerado uma referência mundial¹³.

¹³ Fonte: Centers for Disease Control and Prevention

Conclusões

4

Capítulo

O programa Cidades do Esporte tem como um de seus objetivos principais realizar o acompanhamento da situação do esporte e da atividade física nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, por meio do monitoramento periódico da evolução de indicadores.

Com esse fim, o programa desenvolveu, de forma pioneira, os indicadores Cidades do Esporte, que buscam mensurar a evolução das ações públicas destinadas a promover a prática física e esportiva pela população. Os indicadores têm como pressuposto a transversalidade do tema, abrangendo não só os equipamentos públicos e atividades desenvolvidas no âmbito das Secretarias do Esporte, mas também as práticas física e esportiva nas escolas, no deslocamento diário, nas áreas públicas do município e assim por diante.

A principal inovação metodológica deste II Relatório em relação à edição anterior foi a adoção do sistema online, hospedado no site indicadores.atletaspelobrasil.org.br. Sem dúvida, a adoção desta ferramenta facilitou muito a alimentação dos dados pelas cidades participantes e sua análise pela equipe da Atletas pelo Brasil, além de favorecer enormemente a transparência e o controle social, já que os dados são abertos e estão disponíveis publicamente para consulta e download. Além disso, o sistema passa a ser uma ferramenta à disposição dos municípios para o seu próprio planejamento e monitoramento.

Apesar do avanço tecnológico, muitos dos obstáculos encontrados por ocasião da elaboração do I Relatório persistiram nesta segunda edição: dificuldades de obtenção de dados por causa da baixa interlocução da Secretaria do Esporte com outras secretarias do poder público municipal; mudanças na composição das equipes responsáveis, prejudicando a continuidade do projeto; pouco engajamento político de alguns municípios com o programa, resultando, em alguns casos, em níveis de preenchimento muito aquém do inicialmente esperado.

Em especial, a comparação dos dados de 2014 com os de 2013 ficou prejudicada pelas inconsistências entre os dados preenchidos em uma e outra edição: os dados fornecidos em 2014, na maior parte das vezes, não encontram correlação com os de 2013. Sem dúvida, a introdução do preenchimento online no II Relatório representou uma mudança procedimental que pode ter afetado esse resultado. Entretanto, o nível de inconsistência aponta para uma deficiência mais preocupante, relacionada à baixa capacidade institucional de gestão da informação nas secretarias envolvidas.

Essa dificuldade, entretanto, não pode ser atribuída às equipes responsáveis pela articulação e preenchimento, muitas das quais trabalharam arduamente para obter as informações presentes neste relatório. Nesse aspecto, aliás, a percepção das equipes da Atletas pelo Brasil é de que o programa vem se constituindo num vetor de fortalecimento da articulação intersecretarial dentro das administrações municipais, funcionando como um catalisador de encontros e interlocuções entre os gestores das diferentes áreas.

Dessa forma, os problemas na gestão da informação não podem ser atribuídos ao nível de empenho das equipes. Trata-se de uma questão de outra ordem: o baixo comprometimento político de muitos dos prefeitos e secretários das cidades participantes com o desenvolvimento das políticas de esporte no município.

Não é demais lembrar que todos os onze prefeitos eleitos em 2012 para governar as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 assinaram voluntariamente, durante a campanha eleitoral, o compromisso com o programa Cidades do Esporte, visando ampliar o acesso ao esporte pela população e promover esporte de qualidade nas escolas. Sem a liderança política do prefeito, é muito difícil que as políticas de esporte sejam bem planejadas, geridas e implementadas. Digno de nota é o fato de que, no ano da Copa do Mundo, os recursos para as Secretarias de Esporte foram reduzidos, como proporção do orçamento total, o que mostra o quanto ainda precisamos avançar no entendimento do esporte como um direito de todos os cidadãos, e não apenas como espetáculo e evento midiático de alto impacto econômico.

Esta observação se faz necessária na medida em que o monitoramento da evolução dos indicadores, estratégia central do programa Cidades do Esporte, vem esbarrando na dificuldade dos próprios municípios em gerir adequadamente a informação sobre os seus recursos, equipamentos públicos, ações e projetos. Dessa forma, este II Relatório, se por um lado traz informações valiosas sobre a oferta de serviços públicos e as políticas desenvolvidas nas onze cidades participantes no tema do esporte, por outro fica prejudicado no seu objetivo inicial de oferecer uma análise mais abrangente da evolução dos indicadores entre os anos 2013 e 2014.

GOVERNANÇA

O tema da governança é fundamental no desenvolvimento das políticas públicas. Sem instituições que garantam a participação, o planejamento e o controle social, é muito difícil garantir a implementação de políticas que possuam legitimidade, efetividade e sustentabilidade.

Os dados coletados neste relatório mostram que há muito a avançar no tema. Ao contrário de áreas como saúde, educação e assistência social, nas quais a estruturação de conselhos, fundos e planos municipais vem se consolidando há muitos anos, no esporte estes marcos estão menos presentes, um sintoma da própria fragilidade política das Secretarias de Esporte dentro das gestões municipais.

Neste sentido, ganha relevância o debate que se desenrola atualmente no âmbito do Governo Federal sobre a revisão do Sistema Nacional de Esporte. Ao definir de forma mais clara as competências dos Municípios, Estados e do Governo Federal, além da possibilidade de condicionar parcialmente a transferência de recursos à existência de conselhos e fundos municipais, o Sistema poderia representar uma alavanca importante no fortalecimento das políticas municipais no setor.

A responsabilidade, entretanto, é também dos municípios, que possuem autonomia para criar, de forma participativa, seus próprios conselhos, fundos, leis de incentivo e planos municipais do esporte. Em um contexto de crise fiscal como o atual, estas são medidas que possuem baixo impacto orçamentário, mas grande efeito político na consolidação e democratização das políticas do setor.

ORÇAMENTO

Os dados deste II Relatório Cidades do Esporte reforçam as conclusões obtidas no I Relatório em relação ao diminuto tamanho dos orçamentos das Secretarias Municipais de Esporte. Mesmo quando analisamos a função orçamentária Desporto e Lazer, que inclui políticas empreendidas na área por outros órgãos municipais, a sua participação no orçamento não passa de 1% (com uma única exceção, a do município do Rio de Janeiro). Embora pequena, é interessante notar que se trata de proporção bem mais expressiva do que a encontrada no Governo Federal, que dedica apenas 0,13% do orçamento à função Desporto e Lazer.

O que esse fato indica é a necessidade de se compreender a natureza transversal das políticas voltadas ao esporte e à atividade física. Muitas das políticas mais importantes, nesse tema, dependem do estímulo à prática esportiva nas escolas, da implantação de academias de saúde nos bairros, da ampliação das áreas verdes urbanas de uso público, do estímulo ao deslocamento ativo na cidade, a pé ou de bicicleta. Todos estes exemplos são responsabilidade de outras secretarias, que não a do esporte. Assim, a limitação orçamentária das Secretarias do Esporte não deveria servir como argumento para a ausência de uma política municipal de esporte efetiva e abrangente, sendo que esta poderia acompanhar e influenciar todas as ações que envolvessem esporte e atividade física – por meio, por exemplo, de um comitê intersecretarial conforme carta compromisso assinada.

Também no tema dos recursos orçamentários, a questão do Sistema Nacional de Esporte aparece como uma variável importante para o futuro. Ao favorecer a coordenação federativa das políticas do setor, definindo claramente as responsabilidades do Município em relação aos Estados e ao Governo Federal, o Sistema pode ter o efeito de tornar mais eficiente a alocação dos recursos públicos, com resultados positivos para a população.

RECURSOS HUMANOS

A disponibilidade de recursos humanos em quantidade suficiente, com formação e qualificação apropriada, é um vetor muito importante para o sucesso das políticas de esporte. Nesse tema, um déficit importante é o de informação: existe baixa capacidade dos municípios em informar de forma padronizada a quantidade de profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos desenvolvidos pelas próprias prefeituras. Em alguns casos, isso acontece por causa da baixa capacidade de gestão de informação sobre convênios e parcerias; em outros, como consequência de déficits de articulação com outras secretarias municipais.

Em relação ao número de professores de educação física por escola ou por aluno, encontramos uma variação muito grande nos dados, o que pode ter como causa diferentes jornadas de trabalho, tamanhos das turmas, porte das escolas, entre outros fatores. Os números parecem apontar para uma queda na proporção de professores na etapa do ensino médio, em relação ao ensino fundamental, o que, se confirmado por outros estudos, pode ser um fator preocupante, dada a importância do esporte nesta etapa do desenvolvimento físico, social e emocional.

INFRAESTRUTURA

A existência de áreas verdes de uso público nos municípios está ligada diretamente à prática física e esportiva no tempo livre; assim, é preocupante notar que a maior parte das cidades possui taxa muito baixa de área verde por habitante. Sabemos que este é um déficit histórico, causado em grande parte pela forma como se deu o processo de urbanização em nosso país. De qualquer forma, isso só torna mais urgente a adoção de políticas públicas voltadas a mitigar o problema.

Além disso, o cálculo da média municipal, neste como em outros indicadores de infraestrutura, acoberta muitas vezes o problema da inequidade entre regiões da cidade: em poucas palavras, o quanto os clubes, quadras, ciclovias, parques e praças estão distribuídos pelos diferentes distritos da cidade, garantindo o acesso de todos os cidadãos. Aprofundar o diagnóstico da questão da inequidade nos municípios participantes é um objetivo da Atletas pelo Brasil, como maneira de trazer à tona esse aspecto adicional da desigualdade social no ambiente urbano brasileiro, cobrando do poder público que atente para essa dimensão no planejamento de suas políticas.

Sem dúvida, entre os dados levantados, o aspecto que mais chama a atenção no eixo Infraestrutura é a expansão das ciclovias nas cidades. Todos os municípios que preencheram estes indicadores nas duas edições do Relatório apresentaram crescimento da extensão da infra-estrutura cicloviária, em alguns casos de forma muito expressiva para um período de apenas um ano.

Embora a existência das ciclovias não garanta automaticamente o seu uso, e por mais tímidos que ainda sejam os números - as ciclovias ainda representam, em média, apenas 2% do total das vias dos municípios respondentes - não pode haver dúvida de que estamos assistindo a uma transformação de caráter positivo no uso do espaço público nas cidades brasileiras, com potencial para contribuir de forma decisiva no aumento da prática física pela população.

Se a infraestrutura cicloviária merece destaque, o mesmo não se pode dizer das políticas voltadas ao pedestre. Os municípios participantes não têm nem mesmo informações consolidadas a respeito das calçadas municipais, o que por si só demonstra o baixo grau de prioridade dado ao tema. A existência de calçadas apropriadas, bem mantidas e iluminadas, entretanto, é fator essencial de qualidade de vida nas cidades contemporâneas, não só como estímulo ao deslocamento ativo - com especial importância para idosos e pessoas com mobilidade reduzida - mas também como fator de sociabilidade e mesmo de coesão social.

A infraestrutura das escolas, por sua vez, apresenta grande variação entre os municípios pesquisados: se em alguns deles a presença de quadra coberta, por exemplo, é quase universal, em outros elas mal existem. Essas brutais diferenças podem representar limites reais às práticas física e esportiva por crianças e adolescente nas cidades, e deveriam levar os gestores a planejar, não apenas a redução deste déficit, mas a busca de soluções alternativas, como as parcerias, procurando promover a prática de educação física em outros espaços públicos e privados próximos.

AÇÕES E PROJETOS

É o desenvolvimento de ações e projetos que concretiza de forma mais visível as políticas públicas de esporte no município. A experiência mostra que, se baseadas em diagnósticos corretos e estratégias bem articuladas, as ações do poder público municipal podem apresentar resultados muito significativos, mesmo em contextos de restrição de recursos.

No que tange às escolas públicas, a prática regular da educação física está garantida pelos parâmetros curriculares nacionais, ocupando em média duas horas dos estudantes, nos municípios participantes. Sabemos, entretanto, que apenas o cumprimento deste mínimo curricular é insuficiente para se aproveitar todo o potencial que a atividade física pode representar para crianças e adolescentes em termos de desenvolvimento pessoal. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), na faixa etária dos 5 aos 17 anos, é recomendada a prática de 60 minutos diários de atividade física ou esportiva.

O que isso indica é a necessidade de se introduzir de forma mais efetiva as atividades físicas e esportivas na agenda nacional da educação integral. Dentro do horário complementar à educação (contraturno), o esporte, a dança, a capoeira, dentre outras atividades físicas e motoras, deveriam assumir maior destaque, sempre de forma integrada ao projeto político-pedagógico da escola, conforme as diferentes etapas de ensino.

A expansão da infraestrutura cicloviária vem sendo acompanhada, nos municípios participantes, de políticas voltadas para o uso da bicicleta, entre as quais se destacam as ciclofaixas e ruas de lazer, as campanhas de proteção ao ciclista, e, em especial, os programas de compartilhamento de bicicletas, normalmente desenvolvidos com parceiros privados. Sem dúvida, os programas de compartilhamento são iniciativas importantes no estímulo ao deslocamento ativo; é importante, entretanto, não perder de vista suas limitações em termos de restrição geográfica, custos de utilização, bem como da questão da sua sustentabilidade no longo prazo, em razão da dependência de parceria público-privada.

Uma das maneiras de se enfrentar o desafio de envolver maiores contingentes da população nas atividades físicas e esportivas é a promoção direta de atividades monitoradas pela administração municipal. Os números levantados mostram que esta é uma abordagem que conta com participação mais expressiva na população entre 7 e 17 anos, o que reforça a necessidade de se repensar estratégias que consigam levar o público adulto a praticar (ou retomar a prática) atividades físicas.

Um outro aspecto interessante do desenvolvimento de atividades monitoradas é a maior presença de participantes do sexo feminino, o que contrasta com os números relativos à população como um todo, nos quais ela é menos preponderante. Certamente este é um ponto que exige maior aprofundamento, para se compreender melhor quais atividades físicas interessam mais às mulheres e as formas possíveis de potencializar esse interesse junto à população de forma mais ampla.

COMPORTAMENTO

Se, como já notamos no início, a gestão da informação nos municípios se mostra claramente deficiente, ela é ainda mais frágil quando nos distanciamos das questões institucionais (governança, orçamento) e buscamos avaliar a efetividade e o impacto das ações empreendidas.

Nesse sentido, o eixo Comportamento acaba por ser o mais prejudicado. Não há, nos municípios participantes, iniciativas próprias de busca de informação sobre a prática física da população; em relação ao padrão dos deslocamentos diários, apenas duas cidades alimentaram os indicadores.

Se em certo sentido essa dificuldade é esperada - a mensuração do impacto de uma política é a mais complexa operação dentre as que compõem o ciclo de monitoramento e avaliação - não se pode olhar essa realidade com complacência. É preciso que as administrações municipais declarem publicamente seu compromisso com o esporte e demonstrem esse comprometimento na prática, buscando destinar recursos a pesquisas que avaliem, ainda que de forma preliminar, a efetividade das ações empreendidas.

Neste tema, entretanto, a responsabilidade precisa também ser compartilhada com o Governo Federal. O Ministério do Esporte poderia implementar, de forma sistemática, o monitoramento destas questões nos principais centros urbanos brasileiros, como mostrou ao realizar o Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte), pesquisa com mais de 9 mil respondentes de todo o território nacional. Os resultados desse levantamento, entretanto, precisam ser divulgados de forma completa, para possibilitar o seu uso pelos municípios e demais atores do setor. Além disso, sem a repetição periódica da pesquisa, ela perderá quase todo o seu valor, já que isso impossibilitará a construção de séries históricas que apontem de forma consistente as tendências da prática da atividade física e esportiva pela população brasileira

Conclusão

PONTOS POSITIVOS

- A adoção da plataforma online dinamizou os processos de coleta e análise de dados. Além disso, esta passa a ser uma ferramenta de gestão disponível para uso dos municípios.
- Equipes técnicas comprometidas com o esforço de coleta de dados. Reconhecimento, por parte destas, da importância do levantamento de indicadores para a instrumentalidade da política e da relevância do debate sobre a transversalidade da política de esporte no município.
- O II Relatório aponta para a importância da revisão da legislação que dispõe sobre o Sistema Nacional de Esporte. Essa discussão, em andamento no âmbito federal, é fundamental para uma orientação sobre competências dos entes federativos e diretrizes para aplicação dos recursos municipais no setor.

PONTOS PARA APRIMORAMENTO

- Falta de prioridade no esporte na agenda pública das cidades e dificuldade no planejamento público voltado para resultados.
- O pouco engajamento político com o Programa é refletido no não cumprimento de pontos importantes da carta de compromisso, assinada por todos os prefeitos das cidades-sede da Copa.¹⁴
- Dificuldades na obtenção dos dados, baixo preenchimento dos indicadores e fornecimento de dados que não têm correlação com os do ano anterior, apontam para uma deficiência institucional na gestão e baixa interlocução da secretaria de esporte com outros órgãos do poder público municipal.
- Há rotatividade de gestores na pasta do esporte. Desde o início do programa, em 2013, cinco das doze cidades-sede da Copa sofreram mudanças de gestão desta pasta. Em alguns casos, essas mudanças ocorreram mais de uma vez.

¹⁴ Dentre as medidas previstas na carta para avanço das políticas esportivas, estão: ampla participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas esportivas; criação de comitê intersecretarial para articulação de programas e projetos voltados para o esporte de participação; inclusão de metas do esporte no Plano de Metas do Município (quando houver) e no PPA; coleta e disponibilidade pública de dados anuais sobre atividade física da população, entre outras. Para ler a carta compromisso na íntegra acesse o website www.atletaspelobrasil.org.br



Cidades do Esporte: Indicadores Selecionados, por Município

Anexo 1

Foto 6: Quadra de Tênis, Boca do Rio, Salvador



Este anexo tem por objetivo apresentar, de forma breve, alguns elementos do contexto das cidades participantes do programa no que se refere às políticas voltadas para a prática esportiva e de atividade física. Aos leitores com maior interesse em se aprofundar nas informações referentes a cada município, bem como em realizar suas próprias comparações, construindo tabelas e gráficos, sugerimos a consulta ao site indicadores.atletaspelobrasil.org.br.

Neste anexo, descrevemos os resultados de alguns indicadores selecionados de nove municípios: Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Ficaram de fora, além do Distrito Federal, as cidades de Manaus e Recife, devido ao baixo nível de preenchimento das informações.

Além disso, o eixo Comportamento – que inclui informações sobre deslocamentos diários e sobre o nível de atividade física praticado pela população – não foi incluído na análise, em razão do baixo preenchimento de quase todos os respondentes, dificultando uma análise comparada.

BELO HORIZONTE

Belo Horizonte: Governança

Em termos dos indicadores de Governança, além de Secretaria Municipal voltada para o tema, Belo Horizonte possui um Conselho Municipal do Esporte ativo. O município não possui Fundo Municipal do Esporte, Lei Municipal de Incentivo ou Plano Municipal de Esporte aprovado na Câmara Municipal. Existe, entretanto, Lei Estadual de Incentivo ao Esporte em Minas Gerais.

Indicadores de governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Belo Horizonte	✓	■	✓	■	■	✓

Belo Horizonte: Orçamento

A Prefeitura de Belo Horizonte executou no ano de 2014 um orçamento de R\$ 9,16 bilhões em despesas, do qual R\$ 25 milhões, ou 0,28%, consistiram em despesas da Secretaria Municipal de Esporte. Considerando-se as despesas classificadas dentro da função Desporto e Lazer, essa proporção sobe para 0,40%. Destes recursos, 88,7% foram destinados ao Desporto Comunitário, e apenas 3,9% para o de alto rendimento.

Indicadores orçamentários (2014)

Orçamento total executado pelo município (R\$)	9.159.144.743,00
Orçamento executado da Secretaria de Esporte (R\$)	25.709.047,00
Proporção do orçamento para a Secretaria de Esporte (%)	0,28
Proporção do orçamento para a função do Desporto e Lazer (%)	0,40

Distribuição dos recursos da Função Desporto e Lazer (2014)

Subfunção Desporto Comunitário (%)	88,7
Subfunção Desporto de Rendimento (%)	3,9
Subfunção Lazer (%)	7,4

Belo Horizonte: Recursos Humanos

O contingente de professores de educação física nas escolas municipais e estaduais em Belo Horizonte é semelhante: em média, há 1,6 professor de educação física nas escolas estaduais, enquanto nas municipais a média é de um por escola. Os números da razão aluno/professor, entretanto, mostram que há variações significativas de acordo com a etapa da educação básica.

Outro ponto importante no campo dos recursos humanos é o dos profissionais envolvidos no desenvolvimento de projetos para o público fora da escola. Em Belo Horizonte, existem 9 mil habitantes para cada educador envolvido em programas dessa natureza, e 16,4 mil para cada monitor.

Professores de educação física por escola

Professores de Educação Física por escola estadual	1,61
Professores de Educação Física por escola municipal	1,01

Razão aluno/professor de educação física

Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Municipal (6° ao 9° ano)	351,54
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Estadual (6° ao 9° ano)	182,92
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Médio da Rede Estadual	283,70

Razão habitantes/profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos da Prefeitura e seus parceiros

Razão habitantes/educadores com formação em educação física envolvidos em programas e projetos esportivos	9.100
Razão habitantes/monitores envolvidos em programas e projetos esportivos	16.494
Razão habitantes/número de voluntários envolvidos em programas e projetos esportivos	n/d

Belo Horizonte: Infraestrutura

As ciclovias da cidade alcançam 1,57% do total de vias da cidade, um valor próximo ao das demais cidades participantes. A cidade não soube informar a extensão de calçadas em condições adequadas de manutenção para o pedestre.

Entre os equipamentos esportivos públicos, as academias de ginástica são o mais disseminado. Existe hoje em Belo Horizonte uma academia pública para cada 6,5 mil habitantes.

Área verde por habitante

Área de parques e praças (m ²) por habitante	3,04
Áreas verdes (m ²) por habitante	18

Extensão de calçadas adequadas, ciclorrotas e ciclovias como proporção da extensão total das vias

Calçadas adequadas	n/d
Ciclorrotas	■
Ciclovias exclusivas (%)	1,57 %

Unidades e equipamentos esportivos públicos

	Número	Razão habitante/ equipamento
Número total de unidades esportivas públicas	n/d	n/d
Número total de academias de ginástica públicas	363	6.543
Número total de ginásios	7	339.307
Número total de piscinas públicas	1	2.375.151
Número total de pistas de atletismo	0	□
Número total de quadras poliesportivas	152	15.626

Proporção de equipamentos públicos acessíveis

Academias de ginástica acessíveis	95,87%
Equipamentos esportivos acessíveis	1,76%
Ginásios acessíveis	n/d
Piscinas acessíveis	100,00%
Pistas de atletismo acessíveis	n/d
Quadras poliesportivas acessíveis	23,03%
Unidades esportivas acessíveis	n/d
Proporção de escolas municipais do ensino fundamental com acessibilidade	n/d
Proporção de escolas estaduais com acessibilidade	40,11%

Quanto à infraestrutura das escolas, o município afirma que menos de 20% das escolas de educação infantil possuem um pátio coberto utilizado para atividade física das crianças até 6 anos. Já no caso das escolas municipais de ensino fundamental, mais de 90% possuem quadra coberta.

Escolas de educação infantil

Proporção de escolas de educação infantil com pátio coberto utilizado para atividade física	19,27%
---	--------

Proporção de escolas de educação infantil com pátio externo utilizado para atividade física	n/d
---	-----

Escolas municipais de ensino fundamental

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio coberto utilizado para atividade física	50,57%
---	--------

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	92,05%
---	--------

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva externa em condições de uso	40,34%
--	--------

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio externo utilizado para atividade física	n/d
---	-----

Escolas estaduais de ensino fundamental e médio

Proporção de escolas estaduais com pátio coberto utilizado para atividade física	9,17%
--	-------

Proporção de escolas estaduais com pátio externo utilizado para atividade física	59,31%
--	--------

Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	42,98%
--	--------

Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva externa em condições de uso	6,02%
---	-------

Belo Horizonte: Ações e projetos

Belo Horizonte possui alguns altos índices de participação em atividades desenvolvidas pela municipalidade. Dois exemplos são a proporção da população feminina que participa de atividade física e modalidade esportiva monitorada (8,2%) e a proporção de alunos do ensino fundamental que participa de atividade esportiva no período complementar (54%).

Proporção da população que participa de atividade física e esportiva monitorada desenvolvida pelo poder público

	População total (%)	População feminina (%)
Atividade física e modalidade esportiva monitorada para a população adulta	1,36	8,22
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, 7-14 anos	1,03	3,98
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, 15- 17 anos	2,31	0,13
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, acima de 60 anos	3,73	5,26
Atividade física e esportiva monitorada, pessoas com deficiência	0,34	□

Em relação aos estudantes, 53,7% dos alunos de ensino fundamental da rede municipal participam de atividades física ou esportiva promovidas pelo poder público no período complementar. Em relação a atividades desenvolvidas durante as férias escolares, o índice de participação também é alto, de 44,5%.

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas (horas)

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	n/d
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	n/d
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino médio	n/d

Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva promovida pelo poder público no período complementar ou nas férias escolares

	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar (%)	53,7	6,2	n/d
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período de férias escolares (%)	44,5	6,2	n/d

Usuários diários do programa de compartilhamento de bicicletas e ciclofaixas de lazer

Número médio de usuários diários do programa de compartilhamento de bicicletas (nos dias de semana)	380
Número médio de usuários por dia das ciclofaixas de lazer	n/d

CUIABÁ

Cuiabá: Governança

Em termos dos indicadores de Governança, além de Secretaria Municipal voltada para o tema, Cuiabá possui um Conselho Municipal do Esporte ativo e Fundo Municipal do Esporte criado por lei. O município não possui Lei Municipal de Incentivo ou Plano Municipal de Esporte aprovado na Câmara Municipal, e não há Lei Estadual de Incentivo ao Esporte em Mato Grosso.Grosso.

Indicadores de Governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Cuiabá	✓	✓	□	□	■	✓

Cuiabá: Orçamento

A Prefeitura de Cuiabá executou no ano de 2014 um orçamento de R\$ 1,5 bilhões em despesas, do qual R\$ 1,1 milhões, ou 0,08%, consistiram em despesas da Secretaria Municipal de Esporte.

Indicadores orçamentários (2014)

Orçamento total executado pelo município (R\$)	1.536.534.321,40
Orçamento executado da Secretaria de Esporte (R\$)	1.163.871,10
Proporção do orçamento para a Secretaria de Esporte (%)	0,08
Proporção do orçamento para a função do Desporto e Lazer (%)	0,08

Cuiabá: Recursos Humanos

O contingente de professores de educação física nas escolas municipais e estaduais em Cuiabá está em torno de 4 por escola. Os números mostram que a razão aluno/professor aumenta bastante no ensino médio.

Outro ponto importante no campo dos recursos humanos é o dos profissionais envolvidos no desenvolvimento de projetos para o público fora da escola. Em Cuiabá, existem 11 mil habitantes para cada educador envolvido em programas da Prefeitura dessa natureza – são apenas 50 profissionais.

Professores de Educação Física por escola

Professores de Educação Física por escola estadual	4,35
Professores de Educação Física por escola municipal	3,89

Razão aluno/professor de Educação Física

Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Municipal (6º ao 9º ano)	n/d
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Estadual (6º ao 9º ano)	227,86
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Médio da Rede Estadual	480,14

Razão habitante/profissional envolvido em programas e projetos esportivos da Prefeitura

	Número	Razão habitante/profissional
Número de educadores com formação em educação física envolvidos em programas e projetos esportivos	50	11.022
Número de monitores envolvidos em programas e projetos esportivos	0	n/d
Número de voluntários envolvidos em programas e projetos esportivos	0	n/d

Cuiabá: Infraestrutura

A cidade de Cuiabá não informou a extensão total de suas ciclorrotas ou das calçadas adequadas ao uso do pedestre. No entanto afirmou que suas ciclovias representam 1,3% do total de vias do município.

Áreas verdes por habitante

Área de parques e praças (m ²) por habitante	2,13
Áreas verdes (m ²) por habitante	2,13

Extensão de calçadas adequadas, ciclorrotas e ciclovias como proporção da extensão total das vias

Calçadas adequadas	n/d
Ciclorrotas	■
Ciclovias exclusivas (%)	1,3 %

Unidades e equipamentos esportivos públicos

	Número	Razão habitante/ equipamento
Número total de unidades esportivas públicas	151	3.650
Número total de academias de ginástica públicas	28	19.682
Número total de ginásios	9	61.233
Número total de piscinas públicas	0	□
Número total de pistas de atletismo	2	275.549
Número total de quadras poliesportivas	28	19.682

Proporção de equipamentos públicos acessíveis

Academias de ginástica acessíveis	n/d
Equipamentos esportivos acessíveis	1,32%
Ginásios acessíveis	11,11%
Piscinas acessíveis	n/d
Pistas de atletismo acessíveis	50.000
Quadras poliesportivas acessíveis	n/d
Unidades esportivas acessíveis	1,99%
Proporção de escolas municipais do ensino fundamental com acessibilidade	13,58%
Proporção de escolas estaduais com acessibilidade	n/d

Em relação à infraestrutura das escolas, o município afirma que 83% das escolas de educação infantil possui um pátio coberto utilizado para atividade física das crianças até 6 anos. Já no caso das escolas municipais de ensino fundamental, apenas 36% possui uma quadra coberta.

Escolas municipais de educação infantil

Proporção de escolas de educação infantil com pátio coberto utilizado para atividade física	n/d
Proporção de escolas de educação infantil com pátio externo utilizado para atividade física	83,33%

Escolas municipais de ensino fundamental

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio coberto utilizado para atividade física	40,74%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	35,80%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva externa em condições de uso	35,80%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio externo utilizado para atividade física	69,14%

Cuiabá: Ações e Projetos

Em Cuiabá, as escolas municipais e estaduais dedicam 2 horas semanais dentro da grade horária dos alunos para a prática de Educação Física. Mais da metade dos alunos da rede municipal (55%) participam de atividade física ou esportiva no período complementar à escola.

Tempo semanal dedicado à educação física nas escolas (horas)

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino médio	2,0h

Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva promovida pelo poder público no período complementar ou nas férias escolares

	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar (%)	55,0	n/d	n/d
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período de férias escolares (%)	55,0	n/d	n/d

CURITIBA

Curitiba: Governança

Além de Secretaria Municipal voltada para o tema, Curitiba possui Lei Municipal de Incentivo e Plano Municipal de Esporte aprovados na Câmara Municipal. Há também Lei Estadual de Incentivo ao Esporte no estado do Paraná. O município não conta, entretanto, com Conselho Municipal do Esporte ativo ou com Fundo Municipal do Esporte.

Indicadores de governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Curitiba	■	■	✓	✓	✓	✓

Curitiba: Orçamento

A Prefeitura de Curitiba executou no ano de 2014 um orçamento de R\$ 6 bilhões em despesas, do qual R\$ 31,7 milhões, ou 0,53%, consistiram em despesas da Secretaria Municipal de Esporte.

Indicadores orçamentários (2014)

Orçamento total executado pelo município (R\$)	6.055.205.299,19
Orçamento executado da Secretaria de Esporte (R\$)	31.796.894,64
Proporção do orçamento para a Secretaria de Esporte (%)	0,53
Proporção do orçamento para a função do Desporto e Lazer (%)	n/d

Curitiba: Recursos Humanos

A cidade de Curitiba conta com 4,6 professores de Educação Física por escola municipal, o que representa uma relação de 160,7 alunos pro professor. Nas escolas estaduais, a razão é de 177 alunos/professor, no ensino fundamental, e 347 alunos por professor, no ensino médio.

Outro ponto importante no campo dos recursos humanos é o dos profissionais envolvidos no desenvolvimento de projetos para o público fora da escola. Em Curitiba, existem 10 mil habitantes para cada educador envolvido em programas dessa natureza, 41 mil para cada monitor. E 45 mil para cada voluntário.

Professores de Educação Física/escola

Professores de Educação Física por escola estadual	3,48
Professores de Educação Física por escola municipal	4,61

Razão aluno/professor de Educação Física

Razão aluno/professor de Educação Física - Ensino Fundamental da Rede Municipal (6° ao 9° ano)	160,70
Razão aluno/professor de Educação Física - Ensino Fundamental da Rede Estadual (6° ao 9° ano)	177,15
Razão aluno/professor de Educação Física - Ensino Médio da Rede Estadual	347,42

Razão habitantes/profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos

	Número	Razão habitante/profissional
Número de educadores com formação em educação física envolvidos em programas e projetos esportivos	176	10.593
Número de monitores envolvidos em programas e projetos esportivos	45	41.431
Número de voluntários envolvidos em programas e projetos esportivos	41	45.474

Curitiba: Infraestrutura

Curitiba possui uma unidade esportiva para cada 6 mil habitantes. Entre os equipamentos esportivos públicos, as academias de ginástica são o mais disseminado. Existe hoje em Curitiba uma academia pública para cada 11 mil habitantes.

Áreas verdes por habitantes

Área de parques e praças (m ²) por habitante	14,65
Áreas verdes (m ²) por habitante	54,51

Extensão de calçadas adequadas, ciclorrotas e ciclovias como proporção da extensão total das vias

Calçadas adequadas	n/d
Ciclorrotas	0,13%
Ciclovias exclusivas (%)	3,7

Razão habitantes/unidades e equipamentos esportivos públicos

	Número	Razão habitante/ equipamento
Número total de unidades esportivas públicas	293	6.363
Número total de academias de ginástica públicas	165	11.299
Número total de ginásios	35	53.269
Número total de piscinas públicas	12	155.368
Número total de pistas de atletismo	6	310.736
Número total de quadras poliesportivas	71	26.259

Proporção de equipamentos públicos acessíveis

Academias de ginástica acessíveis	100,00%
Equipamentos esportivos acessíveis	n/d
Ginásios acessíveis	100,00%
Piscinas acessíveis	n/d
Pistas de atletismo acessíveis	83,33%
Quadras poliesportivas acessíveis	n/d
Unidades esportivas acessíveis	11,26%
Proporção de escolas municipais do ensino fundamental com acessibilidade	100,00%
Proporção de escolas estaduais com acessibilidade	32,72%

Em relação à infraestrutura das escolas, o município afirma que entre as escolas municipais de ensino fundamental, mais de 80% possuem quadra coberta, enquanto nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio, a proporção é de 60%.

Escolas municipais de ensino fundamental

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio coberto utilizado para atividade física	n/d
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	81,52%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva externa em condições de uso	n/d
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio externo utilizado para atividade física	n/d

Escolas estaduais de ensino fundamental e médio

Proporção de escolas estaduais com pátio coberto utilizado para atividade física	6,11%
Proporção de escolas estaduais com pátio externo utilizado para atividade física	76,54%
Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	60,49%
Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva externa em condições de uso	71,60%

Curitiba: Ações e Projetos

Curitiba não informou de forma completa os indicadores de participação da população nas atividades monitoradas desenvolvidas pela municipalidade.

Em relação aos estudantes, 10,6% dos alunos de ensino fundamental da rede municipal participam de atividade física ou esportiva promovida pelo Poder Público no período complementar. Não foram divulgados os dados em relação a atividades desenvolvidas durante as férias escolares.

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas públicas (horas)

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	1,83h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	1,83h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	n/d
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino médio	2,0h

Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar ou nas férias escolares

	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar (%)	10,6	7,3	1,8
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período de férias escolares (%)	n/d	n/d	n/d

FORTALEZA

Fortaleza: Governança

Fortaleza possui Secretaria Municipal voltada para o tema, mas não os demais marcos institucionais destacados nos indicadores: não há na cidade Conselho Municipal do Esporte ativo, Fundo Municipal do Esporte, Lei Municipal de Incentivo ou Plano Municipal de Esporte aprovado na Câmara Municipal. Existe, entretanto, Lei Estadual de Incentivo ao Esporte no Ceará.

Indicadores de Governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Curitiba	■	■	☑	■	■	☑

Fortaleza: Orçamento

A Prefeitura de Fortaleza executou no ano de 2014 um orçamento de R\$ 5,4 bilhões, do qual R\$ 8,8 milhões, ou 0,16%, consistiram em despesas da Secretaria Municipal de Esporte. Considerando-se os gastos classificados dentro da função Desporto e Lazer, essa proporção sobe para 0,34%.

Indicadores orçamentários

Orçamento total executado pelo município (R\$)	5.414.953.046,03
Orçamento executado da Secretaria de Esporte (R\$)	8.844.596,56
Proporção do orçamento para a Secretaria de Esporte (%)	0,16
Proporção do orçamento para a função do Desporto e Lazer (%)	0,34

Fortaleza: Recursos Humanos

O município de Fortaleza não forneceu os indicadores relativos ao número de professores de Educação Física por escola.

Com relação aos profissionais envolvidos no desenvolvimento de projetos para o público fora da escola, existem em Fortaleza 35 mil habitantes para cada educador envolvido em programas dessa natureza, e 95 mil para cada monitor.

Razão habitantes/profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos

	Número	Razão habitante/ profissional
Número de educadores com formação em educação física envolvidos em programas e projetos esportivos	72	35.721
Número de monitores envolvidos em programas e projetos esportivos	27	95.255
Número de voluntários envolvidos em programas e projetos esportivos	0	□

Fortaleza: Infraestrutura

As ciclovias alcançam 2,91% do total de vias da cidade, um valor elevado em relação ao das demais cidades participantes. A cidade não soube informar a extensão de calçadas em condições adequadas de manutenção para o pedestre.

Existem em Fortaleza 80 mil habitantes para cada academia de ginástica pública.

Em relação à infraestrutura das escolas, o município não preencheu os indicadores.

Áreas verdes por habitante

Área de parques e praças (m ²) por habitante	1,92
Áreas verdes (m ²) por habitante	5,04

Extensão de calçadas adequadas, ciclorrotas e ciclovias exclusivas como proporção da extensão total das vias

Calçadas adequadas	n/d
Ciclorrotas	0,00%
Ciclovias exclusivas (%)	2,91%

Razão habitantes/equipamentos esportivos

	Número	Razão habitante/ equipamento
Número total de unidades esportivas públicas	n/d	n/d
Número total de academias de ginástica públicas	32	80.372
Número total de bicicletários públicos	0	■
Número total de ginásios	n/d	n/d
Número total de piscinas públicas	8	321.487
Número total de pistas de atletismo	3	857.299
Número total de quadras poliesportivas	n/d	n/d

Fortaleza: Ações e Projetos

Fortaleza não informou os índices de participação em atividades monitoradas desenvolvidas pela municipalidade, nem em relação à proporção de alunos de ensino fundamental da rede municipal que participam de atividade física ou esportiva promovida pelo poder público no período complementar ou nas férias escolares.

Usuários diários de programas de compartilhamento de bicicletas e ciclofaixas de lazer

Número médio de usuários diários do programa de compartilhamento de bicicletas (nos dias de semana)	1.800
Número médio de usuários por dia das ciclofaixas de lazer	4.000

NATAL

Natal: Governança

Natal possui Secretaria Municipal voltada para o tema, mas não os demais marcos institucionais destacados nos indicadores: não há na cidade Conselho Municipal do Esporte ativo, Fundo Municipal do Esporte, Lei Municipal de Incentivo ou Plano Municipal de Esporte aprovado na Câmara Municipal. Também não há Lei Estadual de Incentivo ao Esporte no Rio Grande do Norte.

Indicadores de Governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Curitiba	■	■	■	■	■	✓

Natal: Orçamento

O município de Natal não disponibilizou informações relativas ao orçamento público municipal voltado para o esporte.

Natal: Recursos Humanos

O contingente de professores de educação física nas escolas municipais em Natal é de 2,3 por escola. Isso implica numa razão de 217 alunos por professor na rede municipal.

Quanto aos profissionais envolvidos no desenvolvimento de projetos para o público fora da escola, existem em Natal 5,4 mil habitantes para cada educador envolvido em programas dessa natureza, e 18 mil para cada monitor.

Professores de Educação Física por escola

Professores de Educação Física por escola estadual	n/d
Professores de Educação Física por escola municipal	2,30

Razão aluno/professor de Educação Física

Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Municipal (6° ao 9° ano)	217,13
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Estadual (6° ao 9° ano)	n/d
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Médio da Rede Estadual	n/d

Razão habitantes/profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos

	Número	Razão habitante/ profissional
Número de educadores com formação em educação física envolvidos em programas e projetos esportivos	158	5.405
Número de monitores envolvidos em programas e projetos esportivos	47	18.169
Número de voluntários envolvidos em programas e projetos esportivos	0	□

Natal: Infraestrutura

O município de Natal não preencheu os indicadores do eixo Infraestrutura.

Natal: Ações e Projetos

Natal não informou os índices de participação em atividades monitoradas desenvolvidas pela municipalidade. A proporção de alunos de ensino fundamental da rede municipal que participam de atividade física ou esportiva promovida pelo Poder Público no período complementar é de 14,2%. Não foi informada a proporção nas escolas estaduais.

Tempo semanal dedicado à Educação Física (horas)

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	n/d
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	4,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino médio	n/d

Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva realizada no período complementar ou nas férias escolares

	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar (%)	14,2	n/d	n/d
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período de férias escolares (%)	n/d	n/d	n/d

PORTO ALEGRE

Porto Alegre: Governança

Porto Alegre possui, além de Secretaria Municipal voltada para o tema, Fundo Municipal do Esporte e Lei Municipal de Incentivo. Não há na cidade Conselho Municipal do Esporte ativo ou Plano Municipal de Esporte aprovado na Câmara Municipal. Existe, entretanto, Lei Estadual de Incentivo ao Esporte no Rio Grande do Sul.

Indicadores de Governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Curitiba	■	✓	✓	✓	■	✓

Porto Alegre: Orçamento

A Prefeitura de Porto Alegre executou no ano de 2014 um orçamento de R\$ 5,2 bilhões em despesas, do qual R\$ 16 milhões, ou 0,31%, consistiram em gastos da Secretaria Municipal de Esporte. Considerando-se as despesas classificadas dentro da função Desporto e Lazer, essa proporção sobe para 0,41%.

Indicadores orçamentários

Orçamento total executado pelo município (R\$)	5.285.049.459,40
Orçamento executado da Secretaria de Esporte (R\$)	16.542.605,75
Proporção do orçamento para a Secretaria de Esporte (%)	0,31
Proporção do orçamento para a função do Desporto e Lazer (%)	0,41

Porto Alegre: Recursos Humanos

O contingente de professores de educação física nas escolas municipais de Porto Alegre é de 4,35 por escola.

Em relação aos profissionais envolvidos no desenvolvimento de projetos para o público fora da escola, existem em Porto Alegre 17 mil habitantes para cada educador atuando em programas dessa natureza, 27 mil para cada monitor, e 16 mil para cada voluntário.

Professores de Educação Física por escola

Professores de Educação Física por escola estadual	n/d
Professores de Educação Física por escola municipal	4,35

Razão habitantes/profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos

	Número	Razão habitante/ profissional
Número de educadores com formação em educação física envolvidos em programas e projetos esportivos	80	17.617
Número de monitores envolvidos em programas e projetos esportivos	52	27.103
Número de voluntários envolvidos em programas e projetos esportivos	84	16.778

Porto Alegre: Infraestrutura

As ciclovias da cidade alcançam 0,88% do total de vias da cidade, um valor menor do que a média entre as cidades participantes. O município não soube informar a extensão de calçadas em condições adequadas de manutenção para o pedestre.

Existem em Porto Alegre uma unidade esportiva para cada 67 mil habitantes.

Áreas verdes por habitante

Área de parques e praças (m ²) por habitante	13,84
Áreas verdes (m ²) por habitante	15,11

Calçadas adequadas, ciclorrotas e ciclovias como proporção da extensão total das vias

Calçadas adequadas	n/d
Ciclorrotas	n/d
Ciclovias exclusivas (%)	0,88%

Razão habitantes/equipamentos públicos esportivos

	Número	Razão habitante/ equipamento
Número total de unidades esportivas públicas	21	67.112
Número total de academias de ginástica públicas	n/d	n/d
Número total de ginásios	7	201.336
Número total de piscinas públicas	8	176.169
Número total de pistas de atletismo	3	469.784
Número total de quadras poliesportivas	n/d	n/d

Proporção de equipamentos públicos acessíveis

Academias de ginástica acessíveis	n/d
Equipamentos esportivos acessíveis	n/d
Ginásios acessíveis	28,57%
Piscinas acessíveis	n/d
Pistas de atletismo acessíveis	n/d
Quadras poliesportivas acessíveis	n/d
Unidades esportivas acessíveis	9,52%
Proporção de escolas municipais do ensino fundamental com acessibilidade	39,22%
Proporção de escolas estaduais com acessibilidade	24,58%

Em relação à infraestrutura, o município afirma que todas as escolas municipais de educação infantil possuem ao menos um pátio externo utilizado para atividade física das crianças até 6 anos. Já no caso das escolas municipais de ensino fundamental, 68% possuem quadra coberta, um percentual bem mais expressivo que o das escolas estaduais – nestas, apenas 12% possuem quadra coberta.

Escolas municipais de educação infantil

Proporção de escolas de educação infantil com pátio coberto utilizado para atividade física	2,38%
Proporção de escolas de educação infantil com pátio externo utilizado para atividade física	100,00%

Escolas municipais de ensino fundamental

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio coberto utilizado para atividade física	64,71%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	68,63%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva externa em condições de uso	100,00%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio externo utilizado para atividade física	100,00%

Escolas estaduais de ensino fundamental e médio

Proporção de escolas estaduais com pátio coberto utilizado para atividade física	14,48%
Proporção de escolas estaduais com pátio externo utilizado para atividade física	90,57%
Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	12,46%
Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva externa em condições de uso	73,40%

Porto Alegre: Ações e Projetos

Diferente das demais cidades do Programa, Porto Alegre não contabiliza o número de participantes das atividades físicas ou esportivas monitoradas promovidas pelo poder público. O controle feito pelo município é por meio do número de atendimentos. Desta forma, se torna impossível saber o percentual da população sendo atendido por essas iniciativas. O quadro a seguir ilustra o número de atendimentos em relação a população elencada em cada item.

Proporção da população que participa de programas municipais de atividade física e esportiva monitorada

	População total (%)	População feminina (%)
Atividade física e modalidade esportiva monitorada para a população adulta	0,02	n/d
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, 7-14 anos	0,03	n/d
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, 15- 17 anos	0,03	n/d
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, acima de 60 anos	0,055	n/d
Atividade física e esportiva monitorada, pessoas com deficiência	0,081	n/d

Tempo semanal dedicado à Educação Física (horas)

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 1° ao 5° ano)	2,5h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 6° ao 9° ano)	3,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 1° ao 5° ano)	n/d
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 6° ao 9° ano)	2,5h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino médio	1,7h

Em relação aos estudantes, 28,6% dos alunos de ensino fundamental da rede municipal participam de atividade física ou esportiva promovida pelo poder público no período complementar. Em relação a atividades desenvolvidas durante as férias escolares, o índice de participação é menor, de 8,6%.

Proporção de alunos que participam de atividade física e esportiva no período complementar ou nas férias escolares

	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar (%)	28,6	n/d	n/d
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período de férias escolares (%)	8,6	n/d	n/d

Usuários diários de programa de compartilhamento de bicicletas e ciclofaixas de lazer

Número médio de usuários diários do programa de compartilhamento de bicicletas (nos dias de semana)	639
Número médio de usuários por dia das ciclofaixas de lazer	n/d

RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro: Governança

O Rio de Janeiro possui, além de Secretaria Municipal voltada para o tema, Lei Municipal de Incentivo. Não há na cidade Conselho Municipal do Esporte ativo, Fundo Municipal do Esporte ou Plano Municipal de Esporte aprovado na Câmara Municipal. Existe, entretanto, Lei Estadual de Incentivo ao Esporte no estado do Rio.

Indicadores de Governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Curitiba	■	■	☑	☑	■	☑

Rio de Janeiro: Orçamento

A Prefeitura do Rio de Janeiro executou no ano de 2014 um orçamento de R\$ 24,5 bilhões em despesas, do qual R\$ 49 milhões, ou 0,20%, consistiram em despesas da Secretaria Municipal de Esporte. Considerando-se as despesas classificadas dentro da função Desporto e Lazer, essa proporção sobe consideravelmente, para 1,60%.

Indicadores orçamentários

Orçamento total executado pelo município (R\$)	24.531.736.090,59
Orçamento executado da Secretaria de Esporte (R\$)	49.737.271,30
Proporção do orçamento para a Secretaria de Esporte (%)	0,20
Proporção do orçamento para a função do Desporto e Lazer (%)	1,60

Rio de Janeiro: Recursos Humanos

O contingente de professores de educação física nas escolas municipais e estaduais no Rio de Janeiro é bastante distinto: em média, há 1,80 professor de educação física nas escolas estaduais, enquanto nas municipais a média é de 3,28 por escola. Na rede estadual, existem 113 alunos/professor de educação física no ensino fundamental, e 140 alunos/professor no ensino médio.

Outro ponto importante no campo dos recursos humanos é o dos profissionais envolvidos no desenvolvimento de projetos para o público fora da escola. No Rio de Janeiro existem 4,3 mil habitantes para cada educador envolvido em programas dessa natureza, 70 mil para cada monitor e 77 mil para cada voluntário.

Professores de Educação Física por escola

Professores de Educação Física por escola estadual	1,80
Professores de Educação Física por escola municipal	3,28

Razão alunos/professor de Educação Física

Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Municipal (6° ao 9° ano)	n/d
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Estadual (6° ao 9° ano)	113,75
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Médio da Rede Estadual	140,22

Razão habitantes/profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos

	Número	Razão habitante/ profissional
Número de educadores com formação em educação física envolvidos em programas e projetos esportivos	1.486	4.343
Número de monitores envolvidos em programas e projetos esportivos	91	70.920
Número de voluntários envolvidos em programas e projetos esportivos	83	77.755

Rio de Janeiro: Infraestrutura

As ciclovias alcançam 1,89% do total de vias da cidade, um valor maior que da maioria das demais municípios participantes. A extensão das ciclorrotas é particularmente alta, chegando a 3,45% do total de vias. A cidade não soube informar a extensão de calçadas em condições adequadas de uso para o pedestre.

O Rio de Janeiro possui hoje uma unidade esportiva para cada 12 mil habitantes. Quanto a academias públicas de ginástica, existe uma para cada 70 mil habitantes.

Áreas verdes por habitante

Área de parques e praças (m ²) por habitante	1,20
Áreas verdes (m ²) por habitante	87,75

Extensão de calçadas adequadas, ciclorrotas e ciclovias exclusivas como proporção da extensão total das vias

Calçadas adequadas	n/d
Ciclorrotas	3,45%
Ciclovias exclusivas (%)	1,89%

Razão habitantes/equipamentos esportivos públicos

	Número	Razão habitante/ equipamento
Número total de unidades esportivas públicas	521	12.387
Número total de academias de ginástica públicas	91	70.920
Número total de bicicletários públicos	0	□
Número total de ginásios	14	460.977
Número total de piscinas públicas	21	307.318
Número total de pistas de atletismo	0	□
Número total de quadras poliesportivas	36	179.269

Proporção de equipamentos esportivos acessíveis

Academias de ginástica acessíveis	100,00%
Equipamentos esportivos acessíveis	95,25%
Ginásios acessíveis	100,00%
Piscinas acessíveis	80,95%
Pistas de atletismo acessíveis	n/d
Quadras poliesportivas acessíveis	94,44%
Unidades esportivas acessíveis	99,81%
Proporção de escolas municipais do ensino fundamental com acessibilidade	n/d
Proporção de escolas estaduais com acessibilidade	30,87%

Em relação à infraestrutura, o município afirma que todas as escolas de educação infantil possuem um pátio coberto utilizado para atividade física das crianças até 6 anos. Já no caso das escolas municipais de ensino fundamental, 49% possuem quadra coberta.

Escolas municipais de educação infantil

Proporção de escolas de educação infantil com pátio coberto utilizado para atividade física	100,00%
Proporção de escolas de educação infantil com pátio externo utilizado para atividade física	63,70%

Escolas municipais de ensino fundamental

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio coberto utilizado para atividade física	73,02%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	49,01%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva externa em condições de uso	13,79%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio externo utilizado para atividade física	28,37%

Escolas estaduais de ensino fundamental e médio

Proporção de escolas estaduais com pátio coberto utilizado para atividade física	39,48%
Proporção de escolas estaduais com pátio externo utilizado para atividade física	9,47%
Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	□
Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva externa em condições de uso	□

Rio de Janeiro: Ações e Projetos

No Rio de Janeiro, as atividades esportivas monitoradas desenvolvidas pelo poder público atingem 1,39% da população adulta e 1,85% da população adulta feminina. Na faixa entre 7 e 14 anos, o índice de participação chega a 2,17%. O número de usuários diários do programa de compartilhamento de bicicletas também é alto.

Em relação aos estudantes, apenas 4% dos alunos de ensino fundamental da rede municipal participam de atividade física ou esportiva promovida pelo Poder Público no período complementar.

Proporção da população que participa de programas municipais de atividade física e esportiva monitorada

	População total (%)	População feminina (%)
Atividade física e modalidade esportiva monitorada para a população adulta	1,39	1,85
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, 7-14 anos	2,17	1,88
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, 15- 17 anos	0,65	0,62
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, acima de 60 anos	2,88	3,44
Atividade física e esportiva monitorada, pessoas com deficiência	0,14	□

Tempo semanal dedicado à Educação Física (horas)

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 1° ao 5° ano)	1,7h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 6° ao 9° ano)	1,7h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 1° ao 5° ano)	n/d
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 6° ao 9° ano)	1,7h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino médio	1,7h

Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar ou nas férias escolares

	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar (%)	4,1	1,4	3,7
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período de férias escolares (%)	■	2,1	1,2

Número diário de usuários de programas de compartilhamento de bicicletas e ciclofaixas de lazer

Número médio de usuários diários do programa de compartilhamento de bicicletas (nos dias de semana)	7.511
Número médio de usuários por dia das ciclofaixas de lazer	■

SALVADOR

Salvador: Governança

Salvador é o único município participante que não possui Secretaria Municipal voltada para o tema. Também não existem na cidade os demais marcos institucionais destacados nos indicadores: não há Conselho Municipal do Esporte ativo, Fundo Municipal do Esporte, Lei Municipal de Incentivo ou Plano Municipal de Esporte aprovado na Câmara Municipal. Existe, entretanto, Lei Estadual de Incentivo ao Esporte na Bahia.

Indicadores de Governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Curitiba	■	■	✓	■	■	■

Salvador: Orçamento

A Prefeitura de Salvador executou no ano de 2014 um orçamento de R\$ 5 bilhões em despesas, do qual R\$ 5,1 milhões, ou 0,11%, consistiram em despesas classificadas na função Desporto e Lazer.

Indicadores orçamentários

Orçamento total executado pelo município (R\$)	5.066.032.787,82
Orçamento executado da Secretaria de Esporte (R\$)	n/d
Proporção do orçamento para a Secretaria de Esporte (%)	n/d
Proporção do orçamento para a função do Desporto e Lazer (%)	0,11

Salvador: Recursos Humanos

O contingente de professores de educação física nas escolas municipais de Salvador é bastante baixo: apenas 0,27 por escola. Nas estaduais, a proporção é bem maior: 2,99 por escola.

Quanto aos profissionais envolvidos no desenvolvimento de projetos para o público fora da escola, em Salvador há 32 mil habitantes para cada educador envolvido em programas dessa natureza, e 181 mil para cada monitor.

Professores de Educação Física por escola

Professores de Educação Física por escola estadual	2,99
Professores de Educação Física por escola municipal	0,27

Razão habitantes/profissionais envolvidos em programas e projetos esportivos

	Número	Razão habitante/ profissional
Número de educadores com formação em educação física envolvidos em programas e projetos esportivos	90	32.255
Número de monitores envolvidos em programas e projetos esportivos	16	181.433
Número de voluntários envolvidos em programas e projetos esportivos	0	□

Salvador: Infraestrutura

A cidade não soube informar a extensão de calçadas em condições adequadas de manutenção para o pedestre ou a extensão das ciclovias existentes.

Existem em Salvador uma unidade esportiva para cada 10 mil habitantes.

Áreas verdes por habitante

Área de parques e praças (m ²) por habitante	0,83
Áreas verdes (m ²) por habitante	□

Razão habitantes/equipamentos esportivos públicos

	Número	Razão habitante/ equipamento
Número total de unidades esportivas públicas	290	10.010
Número total de academias de ginástica públicas	n/d	n/d
Número total de bicicletários públicos	50	58.059
Número total de ginásios	7	414.704
Número total de piscinas públicas	0	□
Número total de pistas de atletismo	0	□
Número total de quadras poliesportivas	28	103.676

Proporção de equipamentos esportivos acessíveis

Academias de ginástica acessíveis	n/d
Equipamentos esportivos acessíveis	n/d
Ginásios acessíveis	71,43
Piscinas acessíveis	n/d
Pistas de atletismo acessíveis	n/d
Quadras poliesportivas acessíveis	n/d
Unidades esportivas acessíveis	n/d
Proporção de escolas municipais do ensino fundamental com acessibilidade	15,54
Proporção de escolas estaduais com acessibilidade	n/d

Em relação à infraestrutura das escolas, o município afirma que, no caso das escolas municipais de ensino fundamental, apenas 3% possui quadra coberta, a menor proporção das cidades pesquisadas. Nas escolas estaduais, o percentual é de 17%, também baixo em relação aos demais municípios respondentes.

Escolas municipais de ensino fundamental

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio coberto utilizado para atividade física	2,33%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	3,37%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva externa em condições de uso	3,37%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio externo utilizado para atividade física	11,14%

Escolas estaduais de ensino fundamental e médio

Proporção de escolas estaduais com pátio coberto utilizado para atividade física	7,65%
Proporção de escolas estaduais com pátio externo utilizado para atividade física	7,65%
Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	17,86%
Proporção de escolas estaduais com quadra poliesportiva externa em condições de uso	43,37%

Salvador: Ações e Projetos

Salvador não informou os índices de participação em atividades esportivas monitoradas desenvolvidas pelo poder público.

Em relação aos estudantes, 20% dos alunos de ensino fundamental da rede municipal participam de atividade física ou esportiva promovida pelo poder público no período complementar.

Tempo semanal dedicado à Educação Física (horas)

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	□
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	1,4h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	2,0h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino médio	2,0h

Proporção de alunos que participam de atividade física e esportiva no período complementar ou nas férias escolares

	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar (%)	20,0	n/d	n/d
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período de férias escolares (%)	n/d	n/d	n/d

Usuários diários de programa de compartilhamento de bicicletas e ciclofaixas de lazer

Número médio de usuários diários do programa de compartilhamento de bicicletas (nos dias de semana)	116
Número médio de usuários por dia das ciclofaixas de lazer	□

SÃO PAULO

São Paulo: Governança

São Paulo possui, além de Secretaria Municipal voltada para o tema, Conselho Municipal do Esporte ativo e Fundo Municipal do Esporte. Não há na cidade Lei Municipal de Incentivo ou Plano Municipal de Esporte aprovado na Câmara Municipal. Existe, entretanto, Lei Estadual de Incentivo ao Esporte no estado de São Paulo.

Indicadores de Governança

Cidade	Conselho Municipal ativo	Fundo Municipal	Lei Estadual de Incentivo	Lei Municipal de Incentivo	Plano Municipal	Secretaria Municipal
Curitiba	✓	✓	✓	■	■	✓

São Paulo: Orçamento

A Prefeitura de São Paulo executou no ano de 2014 um orçamento de R\$ 41,5 bilhões em despesas, do qual R\$ 191 milhões, ou 0,46%, consistiram em despesas da Secretaria Municipal de Esporte. Considerando-se as despesas classificadas dentro da função Desporto e Lazer, essa proporção sobe para 0,56%.

Indicadores orçamentários

Orçamento total executado pelo município (R\$)	41.520.661.553,00
Orçamento executado da Secretaria de Esporte (R\$)	191.539.472,00
Proporção do orçamento para a Secretaria de Esporte (%)	0,46
Proporção do orçamento para a função do Desporto e Lazer (%)	0,56

São Paulo: Recursos Humanos

Em média, na cidade de São Paulo, há 4,5 professor de educação física por escola municipal, o que corresponde a uma razão de 150 alunos por professor.

Em relação aos profissionais envolvidos no desenvolvimento de projetos para o público fora da escola, São Paulo não inclui as respostas a estes indicadores.

Professores de Educação Física por escola

Professores de Educação Física por escola estadual	n/d
Professores de Educação Física por escola municipal	4,59

Razão aluno/professor de Educação Física

Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Municipal (6° ao 9° ano)	150,50
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Fundamental da Rede Estadual (6° ao 9° ano)	n/d
Razão aluno/professor de educação física - Ensino Médio da Rede Estadual	n/d

São Paulo: Infraestrutura

As ciclovias da cidade alcançam 1,7% do total de vias, um valor próximo ao das demais cidades participantes. A cidade não soube informar a extensão de calçadas em condições adequadas de uso para o pedestre.

Existe em São Paulo uma unidade esportiva pública para cada 34 mil habitantes.

Áreas verdes por habitante

Área de parques e praças (m ²) por habitante	4,15
Áreas verdes (m ²) por habitante	13,94

Extensão de calçadas adequadas, ciclovias e ciclorrotas em relação a extensão total das vias

Calçadas adequadas	n/d
Ciclorrotas	0,3
Ciclovias exclusivas (%)	1,7%

Razão habitantes/ equipamentos esportivos públicos

	Número	Razão habitante/ equipamento
Número total de unidades esportivas públicas	335	34.370
Número total de academias de ginástica públicas	96	119.936
Número total de bicicletários públicos	75	153.518
Número total de ginásios	28	411.208
Número total de piscinas públicas	59	195.150
Número total de pistas de atletismo	13	885.680
Número total de quadras poliesportivas	94	122.488

Em relação à infraestrutura, o município afirma que 44% das escolas de educação infantil possui um pátio coberto utilizado para atividade física das crianças até 6 anos. Já no caso das escolas municipais de ensino fundamental, 82% possuem quadra coberta.

Escolas municipais de educação infantil

Proporção de escolas de educação infantil com pátio coberto utilizado para atividade física	44,26%
Proporção de escolas de educação infantil com pátio externo utilizado para atividade física	28,65%

Escolas municipais de ensino fundamental

Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio coberto utilizado para atividade física	88,38%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva coberta ou ginásio	82,21%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com quadra poliesportiva externa em condições de uso	70,60%
Proporção de escolas municipais de ensino fundamental com pátio externo utilizado para atividade física	29,95%

São Paulo: Ações e Projetos

Em São Paulo, as atividades esportivas monitoradas desenvolvidas pelo poder público atingem 3,23% da população adulta, 7% da população entre 7 e 14 anos e 10% da população entre 15 e 17 anos.

Em relação aos estudantes, apenas 10% dos alunos de ensino fundamental da rede municipal participam de atividade física ou esportiva promovida pelo Poder Público no período complementar.

Proporção da população que participa de atividades físicas ou esportivas monitoradas desenvolvidas pelo poder público municipal

	População total (%)	População feminina (%)
Atividade física e modalidade esportiva monitorada para a população adulta	3,23	4,35
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, 7-14 anos	7,02	3,93
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, 15- 17 anos	10,07	15,73
Atividade física e modalidade esportiva monitorada, acima de 60 anos	6,47	□
Atividade física e esportiva monitorada, pessoas com deficiência	□	□

Tempo semanal dedicado à Educação Física (horas)

Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	1,5h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas municipais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	2,3h
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 1º ao 5º ano)	n/d
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino fundamental (de 6º ao 9º ano)	n/d
Tempo semanal dedicado à Educação Física nas escolas estaduais de ensino médio	n/d

Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar ou nas férias escolares

	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)	EF (rede municipal)
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período complementar (%)	10,2	n/d	n/d
Proporção de alunos que participam de atividade física ou esportiva no período de férias escolares (%)	n/d	n/d	n/d

Um destaque adicional é o alto número de usuários das ciclofaixas de lazer, nos fins de semana, com uma média diária de 120 mil pessoas.

Usuários diários de programas de compartilhamento de bicicletas e ciclofaixas de lazer

Número médio de usuários diários do programa de compartilhamento de bicicletas (nos dias de semana)	1,645
Número médio de usuários por dia das ciclofaixas de lazer	120.000



Mantenedores

